

**Ministério do  
Meio Ambiente**

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015  
**MMA**

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

---

## Lista de siglas e abreviações

- CGFC** – Coordenação-Geral de Gestão Financeira e Contabilidade
- CGGA** – Coordenação-Geral de Gestão Administrativa
- CGGO** – Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária
- CGGP** – Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
- CGTI** – Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação e Informática
- CGU** – Controladoria-Geral da União
- CNAE** – Cadastro Nacional de Atividade Econômica
- CNPJ** – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
- CNUC** – Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- CODEBAR** – Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
- CPF** – Cadastro de Pessoa Física
- DAU** – Departamento de Ambiente Urbano
- DGE** – Departamento de Gestão Estratégica
- DN** – Decisão Normativa
- DOU** – Diário Oficial da União
- DSIS** – Departamento de Coordenação do Sisnama
- FNMA** – Fundo Nacional do Meio Ambiente
- IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IN** – Instrução Normativa
- LOA** – Lei Orçamentária Anual
- MCIDADES** – Ministério das Cidades
- MF** – Ministério da Fazenda
- MMA** – Ministério do Meio Ambiente
- MPOG** – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária Anual
- PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PPCERADO** – Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado
- PRONATEC** – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- SAIC** – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
- SECEX** – Secretaria-Executiva
- SEDR** – Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
- SIAFI** – Sistema Integrado de Administração Financeira
- SIASG** – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

---

**SICONV** – Sistema de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse  
**SINGREH** – Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos  
**SIOF** – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
**SIORG** – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
**SISNAMA** – Sistema Nacional de Meio Ambiente  
**SMCQ** – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental  
**SPOA** – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
**SRHU** – Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano  
**STN** – Secretaria do Tesouro Nacional  
**TCU** – Tribunal de Contas da União  
**UG** – Unidade Gestora  
**UJ** – Unidade Jurisdicionada  
**ZAM** – Zoneamento Ambiental Municipal

---

## Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

- Quadro com informações sobre a unidade prestadora de contas
- Quadro com informações sobre a finalidade e as competências institucionais
- Gráfico 1: Política Nacional sobre Mudança do Clima – emissões de gases de efeito estufa
- Gráfico 2: Política Nacional de Resíduos Sólidos – planos de resíduos sólidos
- Gráfico 3: Política Nacional de Recursos Hídricos – planos estaduais de recursos hídricos
- Gráfico 4: Política Nacional de Educação Ambiental – número de pessoas formadas em 2015
- Gráfico 5: Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – contratações públicas
- Gráfico 6: Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – adesões previstas no PPA
- Gráfico 7: Política Nacional de Biodiversidade – espécies ameaçadas de extinção
- Gráfico 8: Política Nacional de Biodiversidade – unidades de conservação (bioma Amazônia)
- Gráfico 9: Política Nacional de Biodiversidade – unidades de conservação (bioma Caatinga)
- Gráfico 10: Política Nacional de Biodiversidade – unidades de conservação (bioma Mata Atlântica)
- Gráfico 11: Política Nacional de Biodiversidade – patrimônio genético
- Gráfico 12: Conservação Ambiental com Inclusão Social – Bolsa Verde – número de famílias no Programa Bolsa Verde
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – agendas prioritárias
- Tabela de Resultados Físicos e Financeiros
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – foco de atuação
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – processos estruturantes
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – gestão financeira
- Quadro demonstrando a representatividade do planejamento estratégico no orçamento de cada unidade
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – gestão de pessoas
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios – infraestrutura e tecnologia
- Tabela comparativa de indicadores em três exercícios
- Gráfico com informações sobre os canais de acesso do cidadão
- Tabela sobre o Sistema de Informação ao Cidadão
- Quadro com informações sobre os mecanismos de transparência
- Gráfico das principais receitas 2015
- Gráfico das principais despesas 2015
- Quadro com informações sobre gestão ambiental e sustentabilidade
- Quadro com informações sobre a conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

## Sumário

<b>1- Apresentação</b> .....	6
<b>2- Visão geral da unidade prestadora de contas</b> .....	7
2.1- Identificação da unidade.....	7
2.2- Finalidade e competências institucionais .....	8
2.3- Ambiente de atuação.....	11
<b>3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional</b> .....	12
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos .....	12
3.2- Informações sobre a gestão.....	38
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	48
<b>4- Governança</b> .....	50
4.1- Descrição das Estruturas de governança .....	50
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	50
<b>5- Relacionamento com a sociedade</b> .....	51
5.1- Canais de acesso do cidadão.....	51
5.2- Carta de serviços ao cidadão .....	52
5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade .....	52
5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários .....	53
<b>6- Desempenho financeiro e informações contábeis</b> .....	53
6.1- Desempenho financeiro do exercício .....	53
6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	55
6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade .....	56
6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas .....	56
6.5- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas .....	56
6.6- Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica.....	56
<b>7- Áreas especiais da gestão</b> .....	56
7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade .....	56
<b>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle</b> .....	57
8.1- Tratamento de deliberações do TCU .....	57
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	61
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	66
<b>9- Anexos e apêndices</b> .....	67
9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares .....	67

# 1- Apresentação

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresenta ao Tribunal de Contas da União (TCU), para fins de tomada de contas, Relatório de Gestão referente ao exercício de 2015, elaborado em conformidade com a Portaria-TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, com a Decisão Normativa-TCU nº 146, de 30 de setembro de 2015, e, ainda, de acordo com o documento “Layout de Apresentação – Anexo 2”, fornecido pelo TCU, que especifica o conteúdo a ser abordado no relatório.

Em reunião realizada em 30 de novembro de 2015, foi acordado entre o MMA e o referido órgão de controle que o item “Atuação do Órgão nas regiões do País” seria desvinculado do relatório, ficando o Ministério, portanto, isento de apresentar informações sobre esse tema.

O relatório está organizado em nove capítulos, destacando-se especialmente o capítulo três, por retratar perspectivas relacionadas diretamente às agendas consideradas prioritárias e aos temas: foco de atuação; processos estruturantes; diálogo e integração; gestão financeira; gestão de pessoas; e infraestrutura e tecnologia.

Assim, no item 3.1, que se refere aos resultados da gestão, ressaltou-se apenas a perspectiva de resultados, por abordar o objetivo estratégico “Contribuir para a Geração de Resultados Ambientais Efetivos nas Agendas Prioritárias”, demonstrando-se, dessa forma, a contextualização e a vinculação dos resultados à estratégia. As perspectivas de processos internos e de base para ação, abordadas no item 3.2, enfocam os temas citados no parágrafo anterior e refletem as realizações do exercício, no âmbito da melhoria de processos de trabalho e desempenho da instituição como um todo.

De forma geral, o capítulo apresenta os resultados mais relevantes alcançados no nível das agendas identificadas como prioritárias no plano estratégico, assim como a conformidade e o desempenho da gestão no decorrer do exercício de 2015.

Entre esses resultados, merecem destaque especial: o reconhecimento internacional do Brasil no que tange à redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+); a elaboração de cinco Planos estaduais de resíduos sólidos e a implantação do Registro de Emissões e Transferência de Poluentes (RETP); o apoio aos estados na área de planejamento de recursos hídricos; e a inclusão de 5.360 novas famílias em 2015 no Programa Bolsa Verde, beneficiando um total de 74.522 famílias.

Os demais capítulos consistem em apresentar informações sobre: ambiente de atuação; governança; relacionamento com a sociedade; desempenho financeiro; informações contábeis; gestão ambiental com sustentabilidade; e conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.

Ressalta-se que itens “5.2- Carta de serviço ao cidadão”; “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976”; e “Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com a legislação específica”, citados neste relatório, não se aplicam à realidade do MMA pelas seguintes razões, respectivamente: o Decreto 6.932, de 11 de agosto de 2009, não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada; o MMA executa sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); e, por fim, trata-se de registros não realizados no SIAFI.

As informações apresentadas neste relatório foram consolidadas pela Secretaria-Executiva do MMA, considerando os dados sobre a gestão das demais secretarias da estrutura do Ministério: Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC); Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF); Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR); Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ); e Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), além do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

## 2- Visão geral da unidade prestadora de contas

### 2.1- Identificação da unidade

#### MMA

Ministério do Meio Ambiente

#### Poder e órgão de vinculação

**Poder:** Executivo

**Órgão de vinculação:** Ministério do Meio Ambiente

**Código SIORG:** 001927

#### Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)

**Natureza jurídica:** Órgão Público

**CNPJ:** 37.115.375/0001-07

**Principal atividade:** Administração Pública em Geral

**Código CNAE:** 8412-4/00

**Código SIORG:** 001927

**Código LOA:** 44000

**Código SIAFI:** 44000

#### Contatos

**Telefones/fax:** 61 2028-1205

**Endereço postal:** Esplanada dos Ministérios - Bloco B, 70.068-901, Brasília-DF

**Endereço eletrônico:** [se@mma.gov.br](mailto:se@mma.gov.br)

**Página na internet:** <http://www.mma.gov.br>

#### Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas e UGs

Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Secretaria-Executiva	37.115.375/0001-07	440008	003205
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	37.115.375/0013-60	440077	092934
Secretaria de Biodiversidade e Florestas	37.115.375/0010-06	440069	038337
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	37.115.375/0009-64	440040	092930
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	37.115.375/0005-30	440031	038336
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	37.115.375/0003-79	440079	008838
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	37.115.375/0016-93	447002	001927
Fundo Nacional do Meio Ambiente	37.115.375/0004-50	443024	001927

#### Identificação dos administradores

Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Secretário-Executivo	Francisco Gaetani	297.500.916-04	18/01/2011 a 31/12/2015
Secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	Regina Elena Crespo Gualda	102.046.791-68	21/02/2014 a 31/12/2015
Secretário de Biodiversidade e Florestas	Roberto Brandão Cavalcanti	287.742.991-15	05/03/2013 a 02/05/2015
	Ana Cristina Fialho de Barros	021.113.167-92	20/04/2015 a 31/12/2015
Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	Paulo Guilherme Francisco Cabral	313.278.261-00	13/04/2012 a 03/07/2015
	Carlos Mário Guedes de Guedes	606.955.950-91	03/07/2015 a 31/12/2015
Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	Carlos Augusto Klink	002.080.588-85	09/03/2012 a 31/12/2015
Secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	Ney Maranhão	027.889.007-59	22/04/2013 a 29/07/2015
	Cassandra Maroni Nunes	076.412.088-35	01/12/2015 a 31/12/2015
Diretor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	Marcos Estevan Del Prette	984.949.378-04	28/04/2011 a 31/12/2015
Diretor do Fundo Nacional do Meio Ambiente	Ana Beatriz de Oliveira	074.376.148-04	11/12/2013 a 31/12/2015

<b>Substitutos</b>			
Substituto SECEX	Carlos Augusto Klink	002.080.588-85	26 a 30/01/2015 14 a 17/07/2015
	Fauze Martins Chequer	150.807.811-49	06 a 10/04/2015 20 a 24/04/2015 15 a 20/06/2015 19 a 20/10/2015 21 a 24/12/2015
Substituto SAIC	Raquel Breda dos Santos	447.277.049-00	28/11/2014 a 31/12/2015
Substituto SBF	Clarisse Elizabeth Fonseca Cruz	068.232.196-61	09/07/2014 a 06/03/2015
	Sérgio Henrique Collaço de Carvalho	917.891.091-91	06/03/2015 a 21/09/2015
	Ugo Eichler Vercillo	857.604.551-68	21/09/2015 a 31/12/2015
Substituto SEDR	Juliana Ferreira Simões	022.105.677-77	21/07/2015 a 31/12/2015
	Roseli Bueno de Andrade	511.435.500-72	25/07/2013 a 21/07/2015
Substituto SMCQ	Adriano Santhiago de Oliveira	070.022.817-98	27/04/2012 a 31/12/2015
Substituto SRHU	Marcelo Jorge Medeiros	798.218.636-04	28/08/2013 a 07/12/2015
Substituto FNMC	Heraldo Peres Júnior	016.574.768-47	26/11/2015 a 31/12/2015
Substituto FNMA	Mirian Jean Miller	104.663.447-08	20/04/2011 a 31/12/2015

## 2.2- Finalidade e competências institucionais

<b>Missão</b>	<b>Visão de futuro</b>	<b>Valores</b>
Formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma articulada e pactuada com os atores públicos e a sociedade para o desenvolvimento sustentável.	Ser reconhecido pela sociedade e pelo conjunto de atores públicos por sua excelência, credibilidade e eficiência na proteção do meio ambiente.	Cidadania; responsabilidade socioambiental; foco nos resultados; ética; compromisso com a instituição; transparência, justiça ambiental; respeito à pluralidade; solidariedade intergeracional e meritocracia.

<b>Normas da UJ</b>	
<b>Norma</b>	<b>Endereço para acesso</b>
Orientação sobre Conflito de Interesses	Boletim de Serviço nº 10/2014 de 30/10/2015, páginas 12 a 17 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Nomeação e Exoneração de Cargo em Comissão	Boletim de Serviço nº 01/2015 de 20/01/2015, páginas 08 a 24 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Averbação de Tempo de Serviço/Contribuição	Boletim de Serviço nº 10/2014 de 30/10/2014, páginas 08 a 11 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre os institutos da Cessão e da Requisição	Boletim de Serviço nº 10/2014 de 30/10/2014, páginas 12 a 17 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Aposentadoria	Boletim de Serviço nº 04/2013 de 18/04/2013, páginas 21 a 36 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Abono de Permanência	Boletim de Serviço nº 04/2013 de 18/04/2013, páginas 41 a 46 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Recadastramento de Aposentado ou Pensionista	Boletim de Serviço nº 04/2013 de 18/04/2013, páginas 08 a 12 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Contratação de Pessoal por Tempo Determinado	Boletim de Serviço nº 04/2013 de 18/04/2013, páginas 13 a 20 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Orientação sobre Pensão Civil	Boletim de Serviço nº 03/2013 de 18/03/2013, páginas 10 a 16 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Portaria MMA nº 468, de 28 de novembro de 2013	Boletim de Serviço nº 12/2013 de 02/12/2013, páginas 03 a 10 - <a href="http://www.biosfera.mma.gov.br">www.biosfera.mma.gov.br</a>
Portaria nº 225/SECEX/MMA, de 19 de novembro de 2013 – DOU 02/11/2013	Diário Oficial da União de 02/11/2013, Seção 2, página 48:

	<a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/11/2013&amp;jornal=2&amp;pagina=48&amp;totalArquivos=68">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/11/2013&amp;jornal=2&amp;pagina=48&amp;totalArquivos=68</a>
Portaria nº 65/SPOA/SECEX/MMA, de 19 de junho de 2011 – DOU 15/06/2011	Diário Oficial da União de 15/06/2011, Seção 1, página 78: <a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/06/2011&amp;jornal=1&amp;pagina=78&amp;totalArquivos=132">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/06/2011&amp;jornal=1&amp;pagina=78&amp;totalArquivos=132</a>
Portaria nº 146/SPOA/SECEX/MMA, de 19 de agosto de 2010 – DOU 30/08/2010	Diário Oficial da União de 30/08/2010, Seção 2, página 56: <a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/08/2010&amp;jornal=2&amp;pagina=56&amp;totalArquivos=72">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/08/2010&amp;jornal=2&amp;pagina=56&amp;totalArquivos=72</a>
Portaria nº 84/SECEX/MMA, de 14 de setembro de 2009 – DOU 15/09/2009	Diário Oficial da União de 15/09/2009, Seção 2, página 47: <a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/09/2009&amp;jornal=2&amp;pagina=47&amp;totalArquivos=56">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=15/09/2009&amp;jornal=2&amp;pagina=47&amp;totalArquivos=56</a>
Orientações sobre Auxílio- Alimentação	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/450">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/450</a>
Orientações sobre Atestados	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/454">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/454</a>
Orientações sobre Auxílio-Transporte	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/451">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/451</a>
Orientações sobre Auxílio-Funeral	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/453">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/453</a>
Orientações sobre Auxílio-Natalidade	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/452">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/452</a>
Orientações sobre Licença à Gestante, Adotante e sobre Licença Paternidade	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/58">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/58</a>
Orientações sobre Assistência Pré-Escolar	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/449">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/449</a>
Orientações sobre Assistência à Saúde Suplementar	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/455">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/455</a>
Orientações Sobre Auxílio-Moradia/Imóvel Funcional	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/448">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/448</a>
Portaria nº 56/2016	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/internalnewsletter/494">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/internalnewsletter/494</a>
Portaria nº 377/2015	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/internalnewsletter/389">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/internalnewsletter/389</a>
Portaria nº 434/2014	<a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/12/2014&amp;jornal=1&amp;pagina=107&amp;totalArquivos=14">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/12/2014&amp;jornal=1&amp;pagina=107&amp;totalArquivos=14</a>
Portaria nº 194/2013	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=306">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=306</a>
Portaria nº 195/2013	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=307">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=307</a>
Portaria nº 196/2013	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=308">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=308</a>
Portaria nº 85/2013	<a href="http://www.lex.com.br/legis_24265429_PORTARIA_N_85_DE_20_DE_MARCO_DE_2013.aspx">http://www.lex.com.br/legis_24265429_PORTARIA_N_85_DE_20_DE_MARCO_DE_2013.aspx</a>
Portaria nº 12/2013	<a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.j">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.j</a>

	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=305">sp?jornal=1&amp;pagina=37&amp;data=16/01/2013</a>
Portaria nº 106/2012	Publicada no BS nº 04, de 04 de abril de 2012.
Portaria nº 110/2012	<a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&amp;pagina=136&amp;data=30/03/2012">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&amp;pagina=136&amp;data=30/03/2012</a>
Portaria nº 119/2012	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=305">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=305</a>
Portaria nº 432/2011	<a href="http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&amp;pagina=128&amp;data=07/11/2011">http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&amp;pagina=128&amp;data=07/11/2011</a>
Orientação de Capacitação	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/366">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/366</a>
Orientação de Estágio	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/379">http://biosfera.mma.gov.br/internal/#/workspace/13/page/379</a>
<b><u>Ajuda de Custo</u></b>	
• Ajuda de Custo - Formulário	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11138">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11138</a>
• Ajuda de Custo / retorno – formulário	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15792">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15792</a>
<b><u>Frequência</u></b>	
• Boletim Mensal de Frequência - formulário	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15567">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15567</a>
• Orientações para elaboração do Boletim Mensal de Frequência- BMF	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15890">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15890</a>
• Portaria 481/2013 Dispõe sobre Frequência no Ministério do Meio Ambiente	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15658">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15658</a>
• Relação dos principais códigos de ocorrência para preenchimento da Folha de frequência	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15874">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15874</a>
<b><u>Identidade Funcional</u></b>	
• Normas, formulários e legislação	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11168">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11168</a>
<b><u>Férias</u></b>	
• Orientação, procedimentos, formulários e fundamentação legal	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15003">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15003</a>
<b><u>Licenças:</u></b>	
• Para tratar de assuntos particulares - orientação, procedimento, formulário e quadro, fundamentação legal	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11178">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11178</a>
• Afastamento do Cônjuge ou Companheiro e Exercício Provisório - orientação, procedimentos, formulários e fundamentação legal	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11175">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11175</a>
• Licença a prêmio por assiduidade – formulário	
<b><u>Redistribuição</u></b>	
• Orientação, procedimentos, formulários e fundamentação legal	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15797">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=15797</a>
<b><u>Redução de Jornada de Trabalho</u></b>	
• Formulário	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11179">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11179</a>
<b><u>Remoção</u></b>	
• Orientação, procedimentos, formulários e fundamentação legal	<a href="http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11177">http://biosfera.mma.gov.br/uploadfile/getFile?coUploadFile=11177</a>

Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	<a href="http://www.mma.gov.br/images/arquivos/o_ministerio/Gestao_estrategica/planejamento_estrategico/mapa_estrategico.pdf">http://www.mma.gov.br/images/arquivos/o_ministerio/Gestao_estrategica/planejamento_estrategico/mapa_estrategico.pdf</a>
Planejamento estratégico	<a href="http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gestao-estrategica/planejamento-estrategico">http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gestao-estrategica/planejamento-estrategico</a>
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	Não publicados
Organograma	<a href="http://www.mma.gov.br/institucional/organograma">http://www.mma.gov.br/institucional/organograma</a>
Macroprocessos finalísticos	Não publicados

## 2.3- Ambiente de atuação

### 2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

A ideia de se construir um planejamento estratégico no MMA surgiu da constatação de que os esforços empreendidos pela instituição não estavam sendo traduzidos em resultados mensuráveis e claros, que convergissem para um objetivo comum. Grande parte dessa questão podia ser atribuída à ausência de um instrumento eficaz de monitoramento, uma vez que o órgão nunca teve, de fato, um plano estratégico. A insatisfação dos servidores com as questões relativas à falta de priorização das agendas e ações do MMA também contribuiu para que a ideia se consolidasse.

A inexistência de um planejamento sistemático e contínuo para a melhoria das práticas de gestão ambiental, a necessidade de diálogo com os diversos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de atividades ambientais, a deficiência dos canais de comunicação com a sociedade e a omissão da dimensão ambiental nas demais políticas públicas constituem, em linhas gerais, os principais problemas enfrentados pelo Ministério do Meio Ambiente, desde a sua criação, em 1992, até os dias atuais.

A partir desse contexto, tornou-se imprescindível a construção de um processo de planejamento no MMA que estabelecesse objetivos estratégicos, organizasse macroprocessos, identificasse produtos, priorizasse resultados, definisse metas e criasse indicadores, de modo a se edificar um novo patamar de gestão capaz de viabilizar o alcance das metas estabelecidas para o cumprimento da missão institucional do órgão

Ao definir esse modelo de gestão, o MMA teve necessidade de realizar consultas, reuniões e entrevistas para conhecer melhor seu ambiente de atuação, o que propiciou o direcionamento de suas iniciativas estratégicas e o contato com atores internos e externos.

Para o fortalecimento do ambiente interno, constituído basicamente por servidores e secretarias, vem sendo iniciado um processo de implementação de pesquisas voltadas para a renovação da cultura organizacional do órgão, assim como trabalhadas as subculturas que existem atualmente, de forma a alinhá-las a uma cultura organizacional única, orientada a resultados e rigorosamente ajustada aos valores de responsabilidade socioambiental, foco nos resultados, ética, compromisso com a instituição e transparência.

O ambiente externo está voltado para os *stakeholders* (*partes interessadas*), vinculados às agendas prioritárias e identificados por meio de diagnóstico realizado no início do processo de elaboração do planejamento estratégico.

Nesse sentido, foi desenvolvido um primeiro esforço junto à Universidade de Brasília (UnB), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 05, de 18/12/2014, com o intuito de apresentar os resultados das atividades de coleta e a consolidação de dados para mapear o conjunto de *stakeholders* que atuam como partes interessadas nas agendas do MMA.

O MMA deve definir claramente seu posicionamento quanto às suas funções de formulador ou executor de políticas de meio ambiente, bem como definir sua identidade e assumir seu papel

institucional como órgão central de coordenação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), considerando a transversalidade do tema e a necessidade de integração com seus órgãos vinculados e de articulação com seus parceiros externos. Deve atuar de forma alinhada e consensual, firmando uma posição única perante esses atores para ganhar força política.

## 3- Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

### 3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos: Perspectiva de Resultado

#### i. Descrição

Descrição geral	
<p>A Perspectiva de Resultado tem como premissa evidenciar as ações desenvolvidas pelo MMA junto à sociedade, aos órgãos públicos e privados, nacionais e internacionais, e garantir resultados ambientais efetivos, que contribuam para o desenvolvimento econômico sustentável do País e que promovam a inserção da dimensão ambiental nas demais políticas públicas federais e nos projetos do Congresso Nacional.</p> <p>A Perspectiva de Resultado abrange as seguintes agendas prioritárias: Política Nacional sobre Mudança do Clima; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Política Nacional de Recursos Hídricos; Política Nacional de Educação Ambiental; Plano de Produção e Consumo Sustentáveis; Política Nacional de Biodiversidade; Política de Desenvolvimento Florestal; Cadastro Ambiental Rural e Implementação da Lei nº 12.651/12; Conservação Ambiental com Inclusão Social – Bolsa Verde; Licenciamento Ambiental – Implementação da LC 140; Avaliação Ambiental Estratégica; Implementação do Novo Marco Legal para Acesso aos Recursos Genéticos, aos Conhecimento Tradicionais e Repartição de Benefícios; Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Gestão Ambiental Urbana e Territorial; e Prevenção e Controle da Poluição.</p> <p>As agendas “Política de Desenvolvimento Florestal” e “Cadastro Ambiental Rural e Implementação da Lei nº 12.651/12” serão reportadas no Relatório de Gestão do Serviço Florestal Brasileiro (SFB). A agenda de Avaliação Ambiental Estratégica ainda não foi iniciada.</p>	
Responsável	Secretário-Executivo

#### i.a- Contextualização regional

As ações de redução do desmatamento, da degradação e dos incêndios florestais sob a responsabilidade do MMA têm abrangência nacional, porém com foco prioritário na Amazônia e no Cerrado, em decorrência dos compromissos de mitigação de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento, assumidos na Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) para esses dois biomas, e do cronograma de ações previsto no Programa de Monitoramento Ambiental dos Biomas Brasileiros, conforme estabelecido na Portaria MMA nº 365/2015.

A Política Nacional de Recursos Hídricos desenvolve ações de âmbito nacional por meio do Plano Nacional de Recursos Hídricos, do apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e do Programa Água Doce.

Além das ações de âmbito nacional, são desenvolvidas ações de articulação federativa, por meio do apoio aos Estados para a elaboração ou revisão dos seus planos estaduais de recursos hídricos na região hidrográfica amazônica e região da Amazônia Legal (Amazonas, Maranhão e Rondônia), em andamento com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Por sua vez, o Programa Água Doce atua, preferencialmente, em comunidades rurais do semiárido por meio da execução de convênios celebrados com os Estados.

---

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta dos fatos ocorridos e das atividades realizadas no exercício de 2015, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício em relação ao exercício de 2014 e em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico.

O Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio da **Política Nacional sobre Mudança do Clima**, contribuiu diretamente para os processos que culminaram, em 2015, no reconhecimento internacional, perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), dos resultados brasileiros de redução das emissões provenientes do desmatamento no bioma Amazônia. Graças ao esforço nacional de coordenação de políticas públicas e iniciativas, por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas (PPCDAm) o País está apto a captar US\$ 14,85 bilhões em pagamentos por resultados de redução de emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal (REDD+).

Nesse contexto, um dos principais avanços obtidos em 2015, em relação ao previsto no planejamento estratégico do MMA e no PPA, foi a instituição da Comissão Nacional para REDD+ e a aprovação da Estratégia Nacional de REDD+, por meio do Decreto nº 8.576/2015 e da Portaria MMA nº 370/2015, respectivamente.

Criado em 2004, O PPCDAm teve em 2015 encerrada a sua terceira fase. As ações do PPCDAm foram responsáveis pela queda de cerca de 80% do desmatamento entre 2004 e 2015 – a taxa caiu de 27.772 km<sup>2</sup> para 5.831 km<sup>2</sup> nesse período. Já o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado (PPCerrado) foi lançado em 2010, com a segunda fase encerrada também em 2015. A revisão dos planos está prevista para ser concluída em 2016.

Ainda no âmbito das ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, destaca-se a atuação do Fundo Amazônia, que encerrou o ano de 2015 com 80 projetos apoiados, com aportes no valor de R\$ 1,2 bilhão. Os recursos provêm de doações dos governos da Noruega (97%), Alemanha (2,5%) e da Petrobrás (0,5%), somando o total de R\$ 2,4 bilhões. Durante a 21ª Conferência das Partes da UNFCCC (COP 21), em Paris, o governo da Noruega anunciou que doará mais 600 milhões de dólares até 2020 e a Alemanha, mais 100 milhões de euros. As expectativas são, assim, de aumento das contribuições ao Fundo.

O MMA obteve junto ao Grupo de Trabalho Interministerial para Análise de Projetos de Meio Ambiente (GTAP) o endosso do Projeto “Fortalecimento dos Fundos destinados à Mitigação de gases de efeito estufa no Brasil com base na Gestão Orientada para Resultados”. Outro Projeto com recurso de doação do GEF que teve seu início em 2015 foi o Projeto “Produção de carvão vegetal à base de biomassa renovável e sustentável para a indústria siderúrgica no Brasil”, o qual tem como um dos resultados esperados a construção de parte dos módulos do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de emissões de gases de efeito estufa (SMMARE).

Criado em 2009 como um dos instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) apoiou, em cinco anos de funcionamento, com recursos não reembolsáveis, 47 instituições e 190 projetos, e com os recursos reembolsáveis financiou 10 empreendimentos.

Os projetos apoiados com recursos não-reembolsáveis somam o valor aproximado de R\$ 96 milhões, dos quais cerca de R\$ 91,5 milhões já foram transferidos nos últimos cinco exercícios. Isso significa que há, ainda, um compromisso de cerca de R\$4,5 milhões para os orçamentos futuros em projetos já contratados. Os projetos apoiados com recursos reembolsáveis somam o valor de R\$208,2 milhões, contratados até dezembro de 2015.

No que tange à **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, destacam-se, em 2015, os seguintes avanços: revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, com recursos do Programa Interáguas aprovados pelo Banco Mundial; elaboração de nove planos estaduais de resíduos sólidos (AC, MA, PA, PE, PI, RJ, SE, SP e RS); implantação do Registro de Emissão e Transferência de Poluentes (RETP); implementação

do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR); celebração de acordo setorial de embalagens em geral; articulações para a implementação do acordo setorial de lâmpadas; e entrega do segundo relatório de prestação de contas referente ao acordo setorial de embalagens plásticas de óleo lubrificante.

Foram executadas ações de articulação, mobilização e desenvolvimento de estratégia voltada para a ampliação do acesso dos catadores de materiais recicláveis ao ensino técnico e profissionalizante, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Catador, que tem como objetivo contribuir com a implementação da política nacional de resíduos sólidos. Foram pactuadas duas mil vagas.

Merecem destaque especial os projetos apoiados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), relacionados à Agenda Prioritária Política Nacional de Resíduos Sólidos, no período de 2012 a 2015, com investimentos da ordem de R\$ 1,6 milhão. Os projetos foram aprovados na modalidade Demanda Espontânea, em atendimento a uma chamada voltada à implementação de ações educativas para a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Em 2015, foi finalizado o último projeto nesse tema, executado em São José do Rio Preto, São Paulo, no valor de R\$ 329.400. O projeto teve dois objetivos básicos: 1) ampliar o conhecimento da população do município de São José do Rio Preto sobre as questões relacionadas ao consumo consciente, redução de resíduos e reciclagem, em especial no que se refere aos resíduos eletroeletrônicos; e 2) capacitar a cooperativa de catadores do município a coletar, processar e comercializar os resíduos, especialmente os resíduos eletroeletrônicos.

Considerando-se que a 4ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, realizada em 2013, teve como tema a Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2015, deu-se continuidade ao acompanhamento das deliberações junto à área técnica do MMA e também por meio da 3ª Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento das Deliberações da Conferência.

Com relação à agenda da **Política Nacional de Recursos Hídricos**, destaca-se a finalização do Termo de Referência para a contratação de serviços de consultoria, destinados à elaboração de Diagnóstico e Avaliação dos resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos, com recomendações para a construção do novo PNRH a partir de 2021.

Quanto ao apoio aos Estados no planejamento dos recursos hídricos, foram entregues o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Goiás e a Carta de Águas Subterrâneas do Paraná. O apoio aos Estados foi realizado por meio dos seguintes mecanismos: i) contratação direta via Programa Interáguas (PERH/GO e Carta de Águas Subterrâneas do Paraná); ii) contrato de repasse com o FNMA/MMA (PERHs Amazonas, Maranhão e Rondônia); e iii) apoio técnico e acompanhamento junto aos Estados desde a fase de elaboração dos Termos de Referência.

No âmbito do Programa Água Doce, foram realizados diagnósticos de 3.145 comunidades e contratadas a implantação e recuperação de 713 sistemas de dessalinização, dos quais 72 foram concluídos e outros 56 se encontravam em obras, abrangendo os Estados de SE, BA, CE, PB e RN. Além disso, foram iniciados os processos de contratação dos sistemas e equipamentos de dessalinização a serem implantados nos Estados de AL e PE. Ainda em 2015, o Programa implantou, em parceria com o Estado do RN, o primeiro sistema de dessalinização alimentado por energia solar fotovoltaica, na localidade de Maria da Paz no município de João Câmara.

Para combater as fragilidades diagnosticadas pelo planejamento estratégico do órgão, foi implantado, no âmbito da **Política Nacional de Educação Ambiental**, o Plano de Ação de formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos com as agendas prioritárias do MMA.

O plano identificou a necessidade de criação de uma estrutura em EaD (ensino à distância). Dessa forma, foi elaborada e customizada a implementação da nova Plataforma Moodle de Educação a

---

Distância (AVA). Essa plataforma conta com mais de 30 mil inscritos e com cursos disponibilizados nas diversas políticas e agendas prioritárias.

Entre os cursos implementados, destacam-se os de Educação Ambiental e Agricultura Familiar, que fazem parte de um programa de incentivo a ações educativas para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais. Em 2015, ainda no escopo deste programa, o Edital FNMA “Formação de Agentes Populares de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Implementação de Projetos Comunitários de Educação Ambiental” formalizou 12 convênios, priorizando a formação de mulheres e agentes jovens. Ainda no âmbito da Agricultura Familiar, também foram realizadas oficinas de planejamento em diversos estados e territórios para implementação do programa, bem como seminários nacionais para troca de experiências.

No contexto da agenda de **Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, foi produzido material educativo com cinco cadernos referentes à Estratégia Nacional de Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA), estando em fase de transposição para cursos em EaD.

Foram também desenvolvidos conteúdos de Educação Ambiental para: educadores ambientais; formação de Comitês Interinstitucionais de Educação ambiental (CIEA); Gerenciamento Costeiro; Mudanças do Clima; Gestão das Águas (cursos em desenvolvimento); e a revisão do curso básico do PNC – Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais.

Na intenção de incentivar a formação da sociedade para a questão socioambiental, foram implementadas ações do Projeto Salas Verdes e do Circuito Tela Verde. O Projeto conta com uma rede de cerca de 350 espaços que desenvolvem e articulam atividades de educação ambiental nos diversos estados e territórios do País.

Foi desenvolvido processo de elaboração das diretrizes para o segundo ciclo de implementação do **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS)**, período de 2016-2019. Em paralelo, no âmbito do tema da construção sustentável, foi elaborado o estudo “Aspectos da Construção Sustentável no Brasil e Promoção de Políticas Públicas – Subsídios para a promoção da construção civil”.

Também foi dada continuidade a dois projetos de cooperação internacional – Compras Públicas Sustentáveis e Rotulagem Ambiental, sendo um em âmbito nacional e outro regional. Os projetos têm recursos da União Europeia e apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Além disso, foi realizado monitoramento, avaliação e atualização do Plano de Logística Sustentável (PLS).

Em cooperação com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), foi lançado o Programa do Bom Uso Energético (PROBEN), o qual será referencial para implantação do art. 4º do Decreto nº 8.540/2015, que estabelece medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços para a administração pública.

Foram assinados 46 Termos de Adesão por instituições Públicas à Agenda Ambiental na Administração pública (A3P), bem como implementadas ações de capacitação dos gestores públicos com a realização de 25 cursos presenciais. Ademais, foi criado o sistema de monitoramento da A3P (Ressoa) para receber e manter os dados referentes ao consumo dos órgãos públicos e boas práticas em responsabilidade socioambiental.

Para ampliar o escopo de atuação da A3P, foi criada metodologia para implantação da agenda nas escolas, uma parceria com Inmetro e ABNT, a qual resultou na cartilha sobre responsabilidade social, segundo a ISO 26.000.

A respeito da **Política Nacional de Biodiversidade**, com o objetivo de promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade aquática, foram publicadas as Portarias Interministeriais MPA-

MMA nºs 13 e 14, de 02 de outubro de 2015, que prorrogam as moratórias de pesca de espécies de grande porte ameaçadas de extinção por serem muito vulneráveis aos impactos da atividade pesqueira. Visando ao aprimoramento do Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, foram criados sete Comitês Permanentes de Gestão e Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros (CPGs), quatro de recursos pesqueiros marinhos e três de recursos continentais, somando-se aos dois CPGs de recursos marinhos já existentes.

Adicionalmente, o MMA coordenou, em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), uma série trabalhos, envolvendo especialistas e representantes de pescadores, para definir uma estratégia de gestão e recuperação de espécies da biodiversidade aquática ameaçadas pela pesca, constantes na Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção atualizada em 2014. As recomendações produzidas nessas oficinas de trabalho estão norteando a elaboração de Planos de Gestão para a recuperação dessas espécies.

No que se refere à conservação dos ecossistemas e gestão sustentável das paisagens, ressalta-se que foi concluído o processo de atualização das áreas e ações prioritárias para a Caatinga e elaborado um banco de dados sobre esse bioma, incluindo a importância biológica, ações recomendadas, oportunidades, ameaças e urgência de intervenção.

Visando à implementação de uma estratégia de restauração florestal em larga escala no Brasil, foi elaborada uma proposta do Plano Nacional de Recuperação da Cobertura Vegetal Nativa (PLANAVEG), a qual foi submetida à consulta pública. Dessa forma, garantiu-se que todos os interessados pudessem opinar sobre a estratégia que viabiliza o cumprimento do Novo Código Florestal. A expectativa é que o PLANAVEG identifique áreas prioritárias e propicie a recuperação de pelo menos 12,5 milhões de hectares de vegetação nativa nos próximos 20 anos.

Ainda no contexto da implementação do Novo Código Florestal, foi lançado em 2015 o Programa Nacional de Monitoramento da Cobertura e Uso das Terras dos Biomas Brasileiros. O Programa pretende possibilitar a coordenação das iniciativas interinstitucionais para o monitoramento dos biomas e subsidiar as ações e o planejamento de políticas públicas para a conservação dos biomas brasileiros e para o uso sustentável do território. Neste contexto, foi finalizado o Projeto TerraClass Cerrado que, nos moldes do que já existe para a Amazônia, tem o objetivo de permitir uma avaliação da dinâmica do uso e ocupação das áreas desflorestadas do bioma Cerrado, com base em imagens de satélite.

O Programa Bolsa Verde (PBV), vinculado à agenda de **Conservação Ambiental com Inclusão Social**, é um programa pioneiro, de âmbito nacional, que investiu cerca de R\$ 255 milhões desde 2011. Ao final de 2015, o Programa beneficiava 74.522 famílias. São abrangidos pelo PBV, aproximadamente, 5,5% da cobertura vegetal do território nacional em 966 áreas localizadas entre 68 UC Federais (26.434 famílias), 892 projetos de assentamento da reforma agrária geridos pelo INCRA (44.199 famílias) e famílias ribeirinhas, localizadas em 66 municípios que vivem em áreas públicas federais sob a responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (6.162 famílias). Na Região Norte reside 77,9% dos beneficiários do PBV, que totalizam 59.821 beneficiários.

Em 2015 foram realizadas ações para consolidação do Programa: aprimoramento de sua gestão, de sua escala e abrangência, com a inclusão de 5.360 novas famílias.

Foi dada continuidade ao desenvolvimento do SisBolsaVerde (sistema de gerenciamento digital inteligente do Programa Bolsa Verde), viabilizado por meio de Termo de Execução Descentralizada entre o MMA e a Universidade de Lavras/MG, firmado em 2014, o qual conterá módulo de monitoramento das áreas do Programa e de gestão das famílias, desde sua habilitação no Programa, até o monitoramento do pagamento do benefício pela Caixa Econômica Federal. O sistema está previsto para entrar no ar no segundo semestre de 2016.

Também foi executado o monitoramento ambiental anual das 960 áreas de abrangência do Programa Bolsa Verde, além de elaborado o Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades

Extrativistas e Ribeirinhas (PLANAFE), lançado, no III Chamado da Floresta, em outubro/15, prevendo comissão intersetorial paritária entre governo federal e representantes de organizações extrativistas, com o objetivo de revisar e implementar o plano.

Finalmente, ressalta-se que em 2015 mais de cinco mil famílias extrativistas foram beneficiadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio). Até o início de dezembro, foram aplicados mais de R\$ 4,1 milhões na subvenção.

A **Agenda de Licenciamento Ambiental** foi beneficiada em 2015 com a conclusão do processo de integração dos bancos de dados de todos os órgãos licenciadores da União, dos Estados e do Distrito Federal, com exceção do Estado de Rondônia, em função de sinistro ocorrido no parque tecnológico do órgão ambiental. Ao final do trabalho realizado em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi elaborada uma proposta de institucionalização do Portal Nacional de Licenciamento Ambiental - PNLA como base para sua expansão.

No âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento da economia de patrimônio genético, destaca-se a aprovação da nova Lei da Biodiversidade em 2015, que trata do acesso ao patrimônio genético e repartição de benefícios gerados e da proteção ao conhecimento tradicional associado (Lei nº 13.123/2015), sendo esta estratégia vinculada à agenda de **Implementação do Novo Marco Legal para Acesso aos Recursos Genéticos, aos Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios**.

Dessa forma, o ano de 2015 foi caracterizado por uma série de ações voltadas à implementação da Lei nº 13.123/2015, que implicou no desenvolvimento de sistemas, na construção do marco institucional do Sistema de Acesso e Repartição de Benefícios e, principalmente, em um amplo processo de consulta e diálogo com vistas à sua regulamentação, o que resultou na realização de seis oficinas regionais e uma oficina nacional, espaços de caráter informativo para discussão e recepção de sugestões, com representação dos povos e comunidades tradicionais, que agora contam com a garantia do consentimento prévio informado para o acesso aos seus conhecimentos tradicionais.

No contexto da agenda de **Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, com vistas ao incremento das UCs, foram encaminhadas pelo ICMBio sete propostas de criação de novas Unidades (Parque Nacional Acari e Reserva Biológica Manicoré, Área de Proteção Ambiental Campos do Manicoré, Floresta Nacional do Aripuanã, Floresta Nacional Samaúma, Floresta Nacional de Urupadi, e Reserva Extrativista Guaribas) e três propostas de ampliação (Floresta Nacional do Amanã, Parque Nacional do Juruena e Parque Nacional dos Campos Amazônicos), totalizando, aproximadamente, 3,9 milhões de hectares.

Dentre as propostas, seis referem-se a áreas repassadas ao MMA pela Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal. A criação e ampliação dessas unidades contribuem para o alcance da meta do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que é de 60 milhões de hectares protegidos na Amazônia Legal.

Na agenda **Gestão Ambiental Urbana e Territorial**, em relação às iniciativas de Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) sob a responsabilidade do Governo Federal, em 2015 concluiu-se o processo de contratação dos serviços de consultoria para atualização e complementação do diagnóstico do MacroZEE da Bacia do Rio São Francisco, fruto de parceria entre o MMA e a Sudene, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas), Acordo de Empréstimo nº. 8074-BR firmado com o Banco Mundial.

O fomento à elaboração dos ZEEs estaduais avançou, em 2015, com os Estados do MT, RJ e RS e com a continuidade da execução dos convênios com os Estados de GO, PI e TO. Foram também firmados Acordos de Cooperação Técnica com o DF e com os Estados do AM, MA e RR.

Os estudos concluídos em 2014 sobre “metodologia de integração de instrumentos (...)” aguarda posicionamento do MCidades para posterior disponibilização pública. Estão em análise estudos sobre “Indicadores de Qualidade Ambiental Urbana” e “Diretrizes Ambientais para Áreas Urbanas”.

A diversidade de temas e ampla possibilidade de atuação evidenciaram necessidade de foco para o MMA, o que é pretendido com a elaboração da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana (EFGAU) em três momentos, sendo que o primeiro foi concluído em 2015.

Outra temática da agenda foi o Roteiro Metodológico de Zoneamento Ambiental Municipal (ZAM), cuja elaboração de Termo de Referência para contratação de consultoria pelo Interágua foi concluída. Estão em execução: ação dos Diálogos Setoriais entre Brasil e União Europeia, que visa o estudo de ferramentas do ZAM, uso e recuperação de mananciais e incremento de cobertura vegetal em áreas urbanas de cinco cidades brasileiras e três da União Europeia como subsídio à elaboração e aprimoramento de políticas públicas; e apoio à estruturação de projeto do Ministério das Cidades junto à Agência Internacional de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ), com recursos do Ministério Federal do Meio Ambiente, Proteção da Natureza, Construção e Segurança Nuclear (BMUB) da República Federal da Alemanha, no valor de cinco milhões de euros, cuja negociação e aprovação da primeira etapa ocorreram em 2015.

O mapeamento da cobertura vegetal e dos corpos d'água de 732 municípios brasileiros teve continuidade em 2015 e sofreu os últimos ajustes no final do ano.

No que se refere ao “protótipo” de Carta de Vulnerabilidade Ambiental da RM-RJ, como não houve recurso disponível para tal contratação, a atividade foi descontinuada.

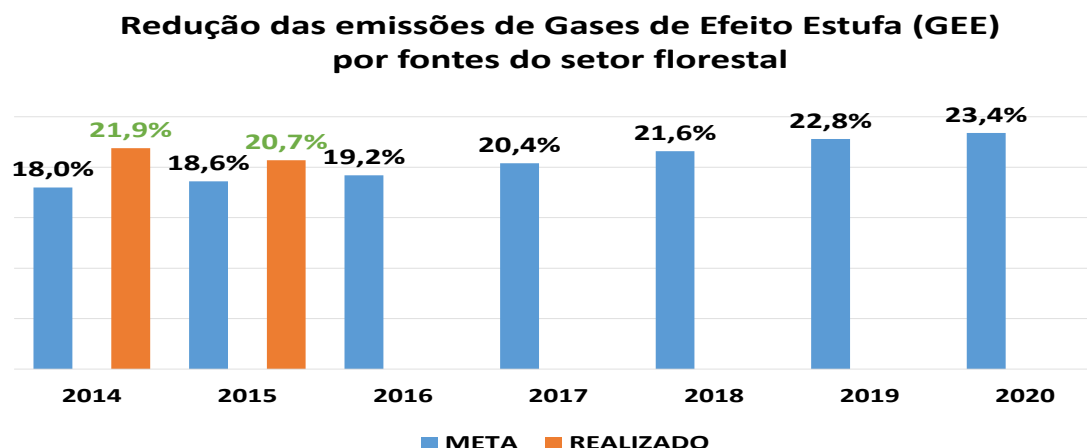
Com referência à **Prevenção e Controle da Poluição**, informa-se que a agenda avançou em 2015 nas iniciativas voltadas para a eliminação dos Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), por meio da elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo, que sistematiza as medidas planejadas para atender aos compromissos internacionais assumidos pelo País quando da ratificação da Convenção.

Para tanto, subsidiou a formulação do Plano Nacional, entre 2012 e 2015, elaborando vários documentos (incluindo os cinco inventários e os cinco planos de ação referente aos POPs) e vários estudos, dentre eles um que objetivou determinar as concentrações desses poluentes em leite humano (em 2014) e, em 2015, a “Avaliação socioeconômica de ações para implementação da Convenção de Estocolmo sobre POPs” que apresentou uma análise de risco social à exposição de POPs, análise de impacto das ações de gerenciamento de POPs, com avaliação do custo benefício de cada atividade prevista no Plano Nacional para a redução da emissão de POPs e a classificação das prioridades.

Outro importante avanço decorrente das discussões ocorridas entre 2012 e 2015 foi a celebração do Acordo de Cooperação Técnica Internacional “Desenvolvimento da avaliação inicial da Convenção de Minamata sobre mercúrio no Brasil”, firmado entre o MMA e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

No que tange à promoção da gestão dos riscos relacionados às emergências ambientais com produtos perigosos, desde 2012 vem sendo apoiada a estruturação das Comissões Estaduais e a elaboração de ferramentas que possam subsidiar as ações estratégicas governamental e privada, em âmbito estadual, nos Estados de Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais, todos em andamento. Completando o mapeamento das nove bacias sedimentares marítimas que compõem o Plano Cartográfico, finalizou-se, em 2015, a execução, iniciada em 2012, do mapeamento de duas bacias sedimentares marítimas: da Foz do Amazonas e da Bacia do Pará – Maranhão/Barreirinhas. Nesse mesmo grupo, outras duas bacias sedimentares marítimas serão concluídas em 2016: Bacia de Pelotas e Bacia de Campos.

[ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Gráfico 1: Política Nacional sobre Mudança do Clima**

O indicador “Redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes do setor florestal” é calculado com base no percentual da redução de emissões de gases de efeito estufa do setor florestal, alcançada em relação à projeção de redução de emissões para 2020 de acordo com o compromisso adotado no âmbito da Política Nacional sobre Mudança do Clima. Os números revelam que, apesar dos resultados expressivos na redução do desmatamento na Amazônia nos últimos 10 anos, é necessário aprimorar os esforços para atingir a meta da PNMC, que é de 3.925 km<sup>2</sup>. Nos últimos três anos, a taxa anual de desmatamento ficou acima dos 5.000 km<sup>2</sup> e no último intervalo houve um aumento de 16%. É necessário reforçar os instrumentos e ações previstas no PPCDAm e iniciar o monitoramento dos outros biomas, observando também a taxa de regeneração da vegetação.

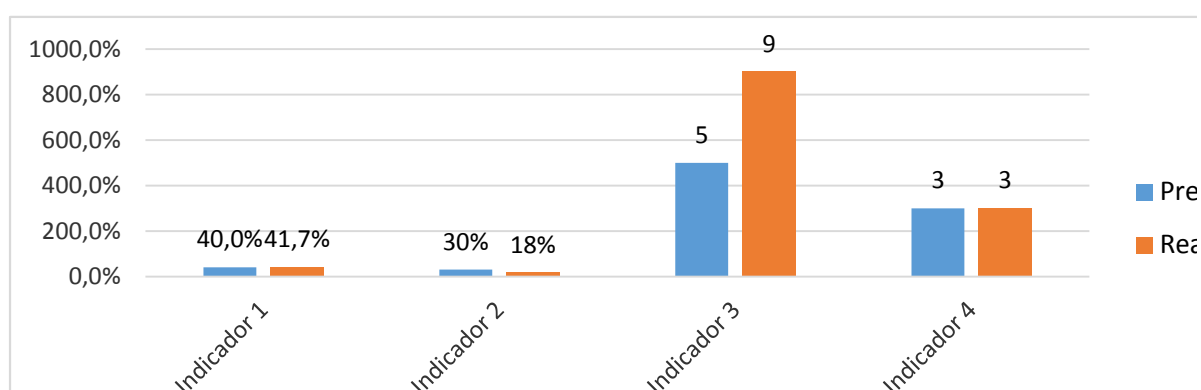
**Gráfico 2: Política Nacional de Resíduos Sólidos**

*Indicador 1 – Porcentagem de municípios com Planos de Resíduos Sólidos elaborados*

*Indicador 2 – Progresso físico da implementação do SINIR*

*Indicador 3 – Número acumulado de Estados com Planos Estaduais de Resíduos Sólidos concluídos*

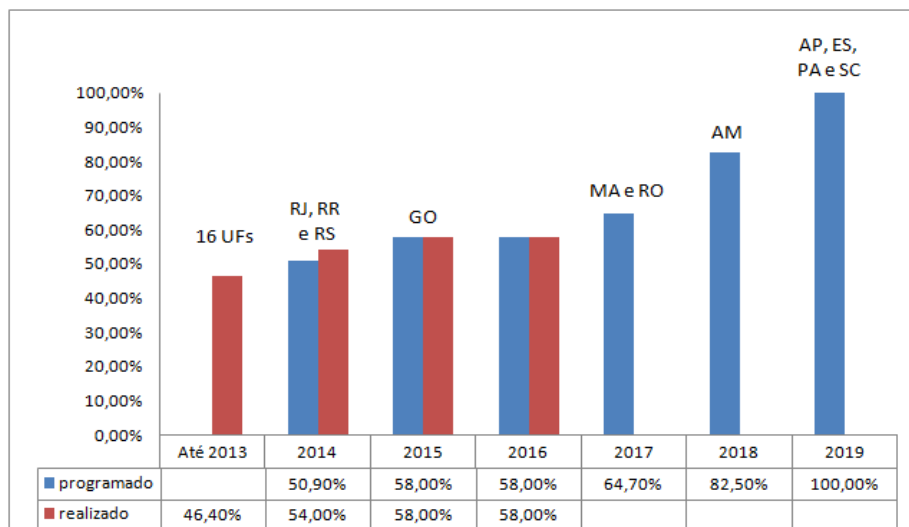
*Indicador 4 – Número de sistemas de logística reversa implantados*



As metas foram cumpridas ou superadas, com exceção da implantação do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), o qual enfrenta problemas de ordem orçamentária para dar prosseguimento ao contrato realizado com a Universidade de Brasília.

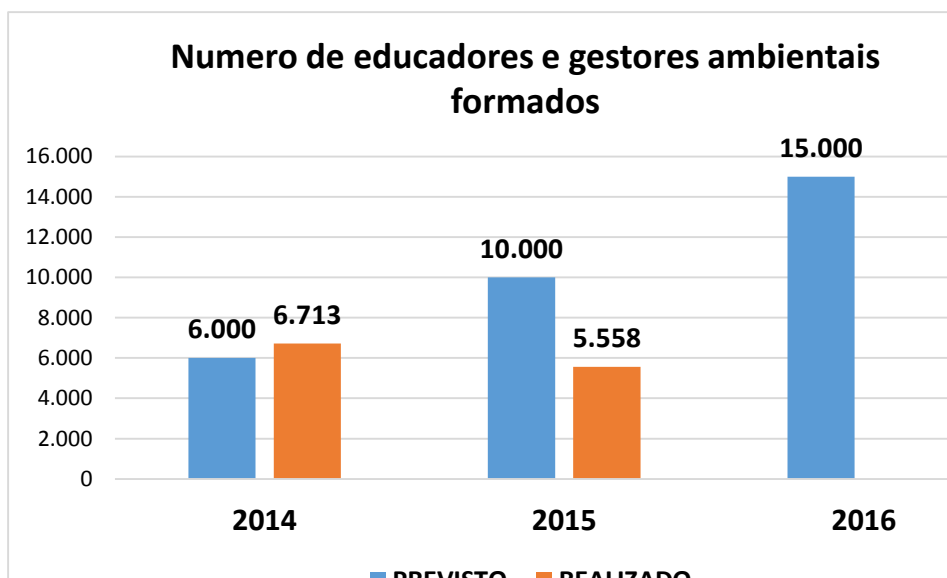
### Gráfico 3: Política Nacional de Recursos Hídricos

#### Área de cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos.



Esse indicador trata da meta institucional da Secretaria de Recursos Hídricos (SRHU) no Planejamento Estratégico do MMA, conforme Portaria/MMA nº 133, de 22/08/2014, que fixa as metas institucionais do Ministério. Até 2013, 16 Estados da Federação contavam com Planos Estaduais de Recursos Hídricos elaborados, equivalendo à cobertura de 46,4% do território nacional. Desses 16 Planos Estaduais, quatro foram elaborados com o apoio do Departamento de Recursos Hídricos (DRH)-SRHU (Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná) e os demais foram desenvolvidos pelo próprio Estado ou por outros mecanismos.

### Gráfico 4: Política Nacional de Educação Ambiental

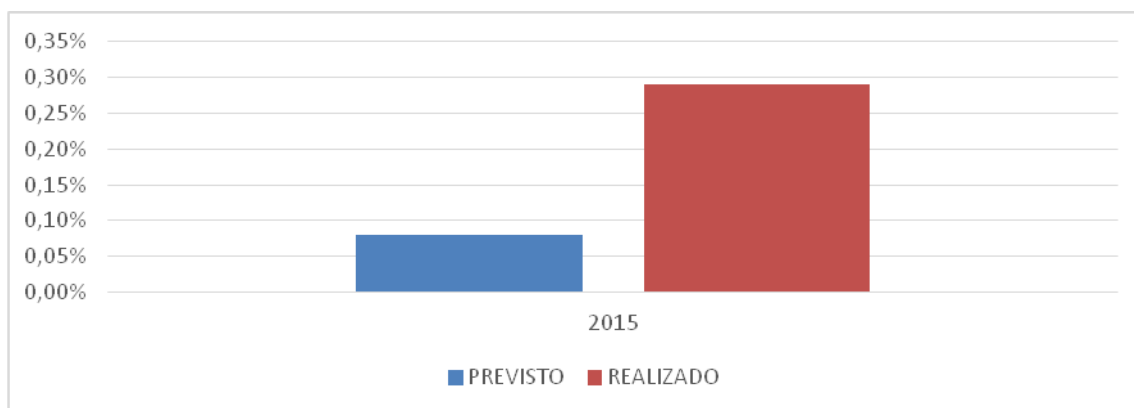


Em referência a esse indicador, a meta inicial foi repactuada, dado o número significativo de formados no ano de 2014 e em função do compromisso assumido de manter a ampliação constante desse número. No entanto, em 2015, uma série de dificuldades na contratação de empresa jurídica para administração e inserção de cursos na plataforma AVA reconduziu o Ministério a um maior investimento na produção de conteúdos de novos cursos e na continuidade do arranjo de

coordenação e organização dos processos formativos. Por esse motivo, os dados comparativos mostram um decréscimo do indicador. Embora com decréscimo, as demais ações se mantiveram conforme o esperado, resultando, paulatinamente, na mudança da situação inicialmente diagnosticada para essa agenda prioritária, que seria a falta de organicidade dos processos formativos oferecidos pelo órgão.

**Gráfico 5: Plano de Produção e Consumo Sustentáveis**

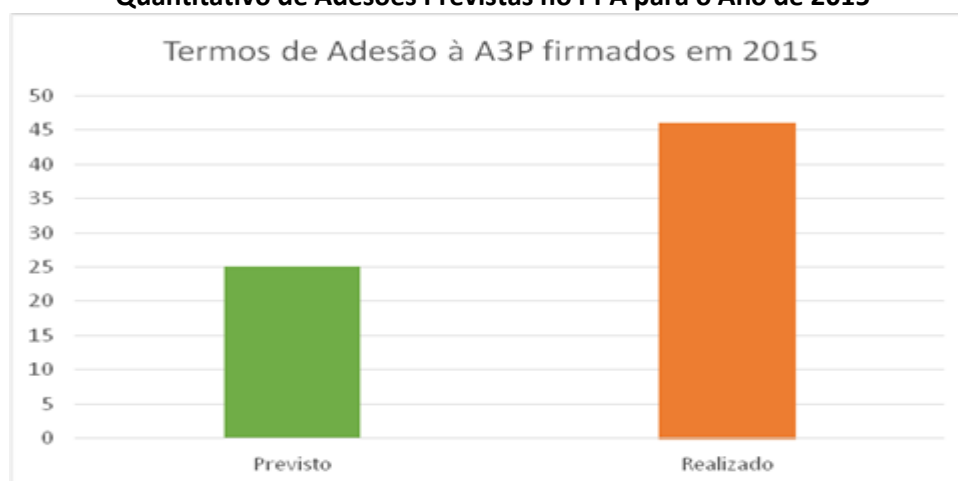
**Contratações Públicas Sustentáveis no âmbito do Governo Federal**



De acordo com a análise do gráfico, percebe-se que o Governo Federal vem, paulatinamente, aumentando a quantidade de contratações sustentáveis em relação às contratações totais, superando as expectativas planejadas para 2015. Apesar de tratar-se de um número ainda bastante tímido, a evolução é perceptível. O Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis contribui realizando capacitações de gestores públicos, elaborando estudos atinentes a critérios de sustentabilidade de bens e serviços, produzindo material técnico e participando de fóruns e redes que promovem a política em tela. Destaca-se a grande quantidade de iniciativas, em todas as esferas da Administração Pública Federal, que tem como objetivo disseminar e propor soluções douradoras para a inserção da variável ambiental nas características de bens e serviços descritos nos editais de contratação.

**Gráfico 6: Plano de Produção e Consumo Sustentáveis**

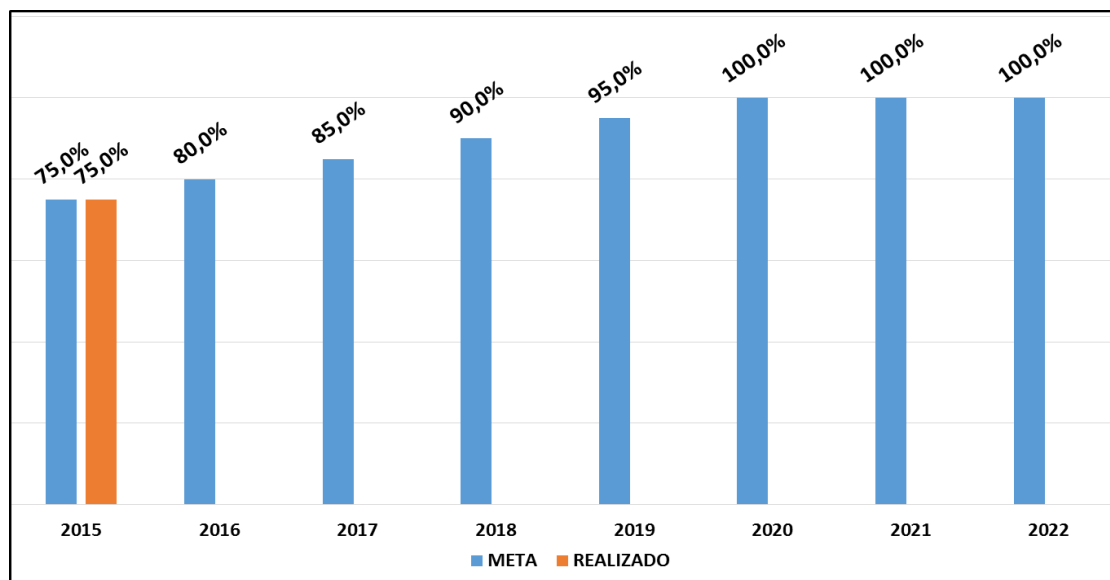
**Quantitativo de Adesões Previstas no PPA para o Ano de 2015**



Trata-se de um indicador que mostra a relação entre o total de adesões previstas para o ano de 2015, conforme o quantitativo indicado no PPA e o total de adesões firmadas com a A3P. O PPA estipulou como meta para a A3P 80 adesões em quatro anos, de 2012 até 2015. É um indicador quantitativo, mas que permite verificar o desempenho da agenda, bem como sua capacidade de articulação e relevância para o alcance do objetivo estratégico “Internalização de parâmetros e atributos socioambientais nas políticas de desenvolvimento do País”.

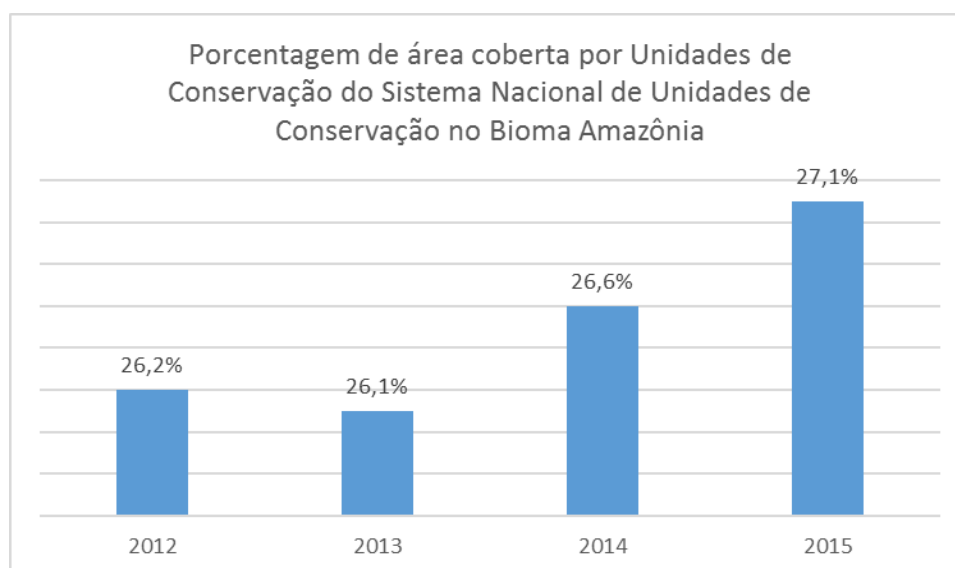
### Gráfico 7: Política Nacional de Biodiversidade

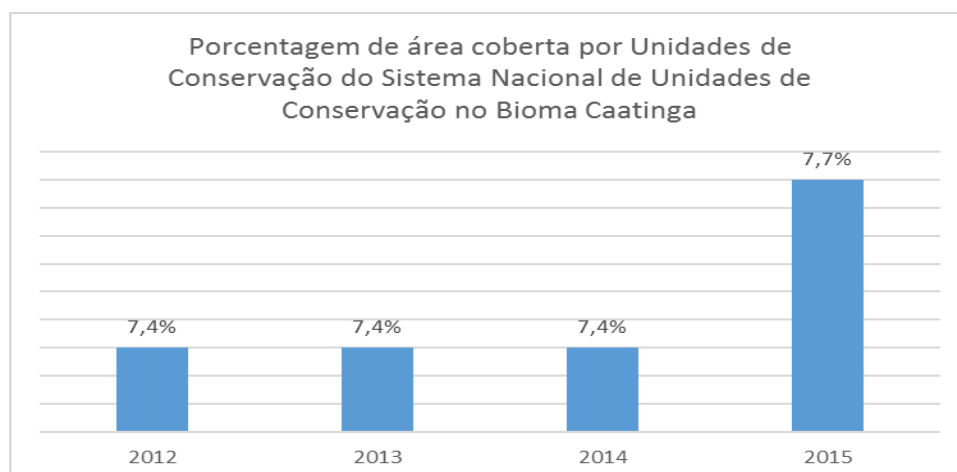
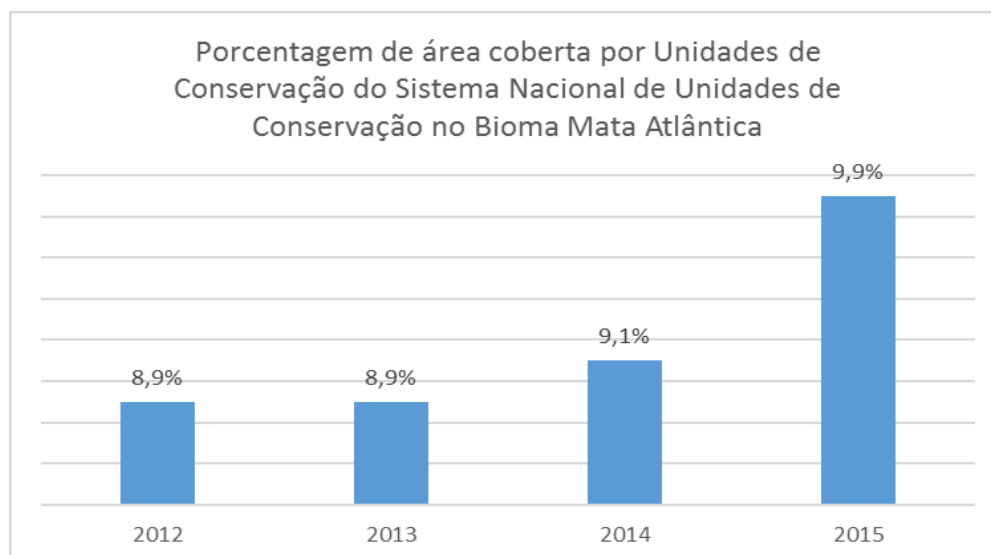
Percentual de espécies ameaçadas de extinção com planos de ação ou outros instrumentos para recuperação e conservação.



Esse indicador demonstra a porcentagem de espécies ameaçadas que estão contempladas por ações que promovem sua conservação. Para os próximos anos, a expectativa é de um aumento significativo desses valores, com a meta para 2016 sendo de 80% das espécies ameaçadas atendidas por instrumentos de conservação, como Planos de Ação Nacionais, Unidades de Conservação, normas de ordenamento pesqueiro, entre outros.

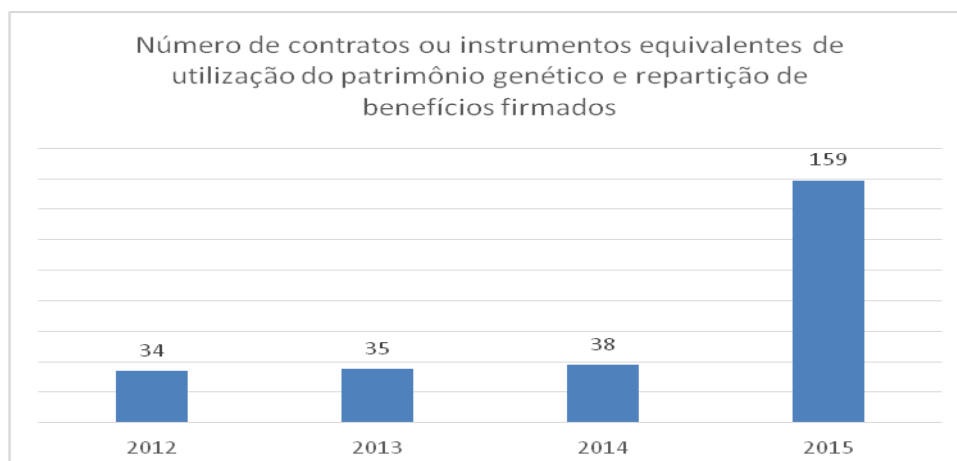
### Gráfico 8: Política Nacional de Biodiversidade



**Gráfico 9: Política Nacional de Biodiversidade****Gráfico 10: Política Nacional de Biodiversidade**

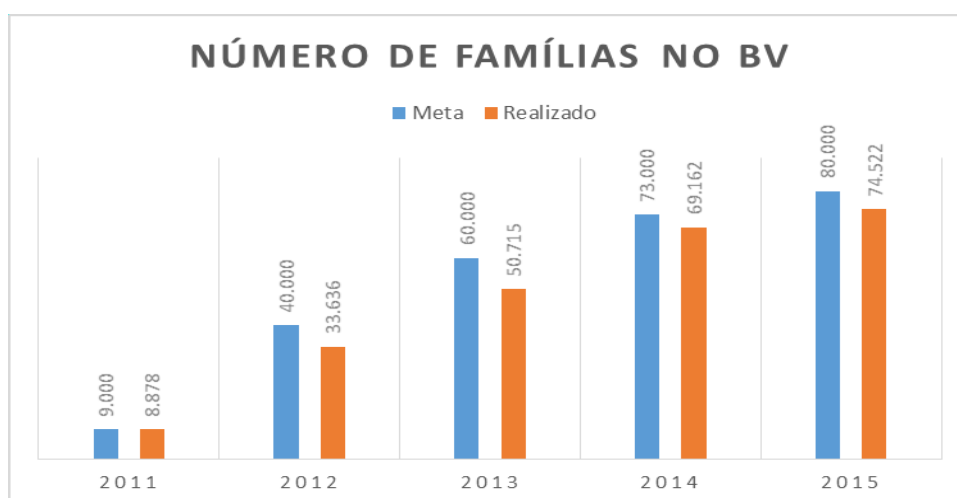
Esse indicador considera a porcentagem da área total de cada bioma que está coberta por Unidade de Conservação, a partir das informações do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

Pode-se observar um aumento em 2015 das Unidades de Conservação nos biomas Amazônia, Caatinga, e Mata Atlântica. Nos demais biomas que não aparecem nos gráficos, quais sejam Cerrado, Pampa, Pantanal e Zona Costeira e Marinha, não houve aumento expressivo em termos percentuais da cobertura por UCs no período de 2012 a 2015, sendo mantida a porcentagem de 8,2%, 2,7%, 4,6% e 1,5%, respectivamente.

**Gráfico 11: Política Nacional de Biodiversidade**

O Sistema de Gestão do Patrimônio Genético anuiu 266 Contratos ou instrumentos Equivalentes de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios. No período de 2012 a 2014 foram anuídos 36 (trinta e seis) Acordos de Repartição de Benefícios (CURBs) por ano, em média. Em 2015, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) anuiu 159 CURBs, representando um aumento de 342% na média anual.

Analisando-se o expressivo aumento de performance do indicador, acredita-se que grande parte do sucesso alcançado se deve às iniciativas do CGEN de aperfeiçoar o marco legal existente para torná-lo mais fácil de ser aplicado e mais seguro aos usuários e para o próprio Conselho, com a edição das Resoluções nº 35 (2011), 37, 38 (2011), 39, 40, 41, 42 e 43 e das Orientações Técnicas nº 8, 9 e 10, bem como a revisão das resoluções de remessa de amostra de componente do patrimônio genético e de procedimento processual e as ações de aperfeiçoamento da organização do Conselho, com destaque para a elaboração e aprovação do novo Regimento Interno.

**Gráfico 12: Conservação Ambiental com Inclusão Social – Bolsa Verde**

Em 2015, a meta de 80.000 famílias no Programa Bolsa Verde não foi atingida, permanecendo a mesma meta para 2016. Ressalta-se que há condicionantes que podem reduzir o número de famílias atendidas pelo Programa, como a permanência de dois anos no PBV e renda superior à extrema pobreza.

### **Marcoprocessos:**

Entre os principais macroprocessos, destacam-se: o macroprocesso de apoio ao funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), em articulação com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias Hidrográficas, e o macroprocesso de cooperação internacional para a gestão compartilhada de rios fronteira e transfronteira.

Com relação ao primeiro, os produtos e serviços entregues em 2015 foram:

- Publicação da Portaria nº 68, de 06 de julho de 2015, que indica os conselheiros para o triênio 2015-2018 com posse realizada durante a 34ª Reunião Plenária Ordinária do CNRH, em 23/09/2015;
- Realização de três Reuniões do Plenário do CNRH; 23 reuniões das Câmaras Técnicas do CNR e dois seminários; e
- Aprovação de 11 Resoluções e uma Moção.

No âmbito do segundo, foram desenvolvidas, sem recursos orçamentários, as seguintes atividades:

- Coordenação Nacional do Programa dos Aquíferos Transfronteira da América (ISARM-América);
- Coordenação Nacional do Programa Marco para Gestão Sustentável da Bacia do Prata; e
- Representação na Conferência dos Diretores Ibero-americanos de Água (CODIA).

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
<b>Indicador 1:</b> Redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes no setor florestal	18%	21,9%	18,6%	20,7%	19,2%
<b>Indicador 2:</b> Porcentagem de Municípios com Planos de Resíduos Sólidos elaborados	33%	33%	40%	41,7%	50%
<b>Indicador 3:</b> Área de Cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos.	50,9%	54%	58%	58%	58%
<b>Indicador 4:</b> Número de educadores e	6.000	6.713	10.000	5.558	15.000

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
gestores ambientais formados					
<b>Indicador 5:</b> Contratações públicas sustentáveis no âmbito do Governo Federal	0,02%	0,04%	0,04%	0,29%	0,08%
<b>Indicador 6:</b> Quantitativo de termos de adesão a A3P firmados	20	29	25	46	36
<b>Indicador 7*:</b> Percentual de espécies ameaçadas de extinção com planos de ação ou outros instrumentos para recuperação e conservação.	N/A	N/A	75%	75%	80%
<b>Indicador 8:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Amazônia.	26,52%	26,6%	27,5%	26,6%	27,57%
<b>Indicador 9:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Caatinga.	7,52%	7,6%	7,71%	7,6%	7,91%
<b>Indicador 10:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação	8,27%	8,2%	8,27%	8,2%	8,27%

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Cerrado.					
<b>Indicador 11:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Mata Atlântica.	9,26%	9,0%	9,26%	9,1%	9,26%
<b>Indicador 12:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Pampa.	2,73%	2,7%	3,68%	2,7%	4,62%
<b>Indicador 13:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Pantanal.	4,63%	4,6%	5,73%	4,6%	6,84%
<b>Indicador 14:</b> Porcentagem de área coberta por Unidades de Conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Bioma Zona Costeira e Marinha.	1,47%	1,5%	2,06%	1,5%	2,65%
<b>Indicador 15:</b> Número de contratos ou instrumentos	25	38	25	159	N/A

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
equivalentes de utilização do patrimônio genético e repartição de benefícios firmados.					
<b>Indicador 16:</b> Número de famílias beneficiárias no Programa Bolsa Verde	73.000	69.162	80.000	74.522	80.000
<b>Indicador 17:</b> Cobertura do território nacional com diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis definidas por meio do ZEE	63,5%	63,5%	78,2%	63,5%	81%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

\*Para o indicador de espécies ameaçadas de extinção, há outros instrumentos de conservação, além dos Planos de Ação Nacionais (instrumento previsto no Programa Pró-espécies, Portaria MMA 43/2014). Nesse caso, não há valores para o exercício de 2014, pois isso depende de análises espaciais que não são passíveis de serem realizadas no momento.

O processo de revisão do Planejamento Estratégico iniciou-se após a segunda Reunião de Análise da Estratégia (RAE) do exercício de 2015. As iniciativas estratégicas do órgão e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) foram formuladas no formato de Estruturas Analíticas de Projetos (EAPs), com o desdobramento destas iniciativas em entregas e subentregas, as quais foram validadas entre as Secretarias Finalísticas do MMA e o Serviço Florestal Brasileiro com a Secretaria Executiva do MMA, para então serem desdobradas em atividades e indicadores no início de 2016, excetuando-se a Secretaria de Recursos Hídricos que se encontra em processo de reorganização interna. Dessa forma, há previsão de acréscimo de indicadores pelo processo de Planejamento Estratégico do órgão para o próximo exercício.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

No que se refere à agenda prioritária **Política Nacional sobre Mudança do Clima**, a contribuição para o alcance do objetivo estratégico encontra-se em estágio intermediário de implementação, tendo superado as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa no setor florestal, previstas para 2014 e 2015.

Os esforços do MMA implicaram grandes avanços em áreas da **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, como o planejamento de resíduos sólidos, a responsabilização do setor privado e a capacitação de técnicos e gestores. No entanto, políticas de estado como fiscais e tributárias devem ser adequadas para favorecer a reciclagem, o consórcio e outros processos estruturantes para a implementação da PNRS.

---

Em 2015, houve avanço na articulação federativa com as ações de apoio aos Estados para a elaboração dos seus Planos Estaduais de Recursos Hídricos, a partir das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos e da **Política Nacional de Recursos Hídricos**.

Considerando-se que os dois primeiros anos do planejamento estratégico foram iniciantes e fundamentais na consolidação de princípios e diretrizes para os processos educativos ambientais nas políticas públicas do MMA, destaca-se apenas, no âmbito da **Política Nacional de Educação Ambiental**, a possibilidade de uma ação de formação mais qualificada, embasada em critérios técnicos, sociais e metodológicos, resultando em ações que contribuam para a geração de resultados ambientais efetivos nas agendas prioritárias.

Consideram-se positivos os resultados alcançados nos últimos quatro anos no âmbito do **Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis**, destacando-se que se trata da primeira experiência de política pública que promove a coordenação, articulação e promoção de programas, projetos e iniciativas, públicas e privadas para o alcance de alternativas de produção e consumo menos impactantes ao meio ambiente, em todas as suas dimensões.

Cumprindo os compromissos assumidos para a **Política Nacional de Biodiversidade**, o Brasil estabeleceu, em 2014, o Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção - Pró-Espécies, cuja estratégia permite a contínua avaliação da situação das espécies brasileiras, realizada por meio de metodologia da *International Union for the Protection of Nature* – IUCN, e a elaboração de Listas Nacionais de Espécies Ameaçadas de Extinção.

Assim, em 2014, foram atualizadas pelo MMA as listas que tratam das espécies ameaçadas de extinção, com a utilização da nova abordagem, que informaram a ocorrência de 1.173 espécies da fauna e de 2.113 espécies da flora ameaçadas de extinção, o que representa um aumento de 300% em relação às listas anteriores. Dessa forma, o aumento do número de espécies ameaçadas, conforme listas publicadas em 2014, impactou os valores do indicador, uma vez que representa o percentual de espécies ameaçadas com ações de manejo.

Para a agenda de **Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, a partir do alcance da meta 11 de Aichi, internalizada no Brasil por meio da Meta 11 da Resolução nº 06/2013 do Conselho Nacional da Biodiversidade (Conabio), a qual prevê a inclusão de outros territórios que contribuam para a conservação da biodiversidade além das UCs, todos os biomas deverão ter incremento de áreas protegidas, com especial atenção para Área Marinha e Pampa. Além do aumento de cobertura de unidades de conservação nos biomas, é importante ressaltar que essas áreas vêm recebendo suporte para melhoria da gestão do território e monitoramento da biodiversidade por meio dos projetos de cooperação internacional e da compensação ambiental.

A implementação do Programa Bolsa Verde, vinculado à Agenda de **Conservação Ambiental com Inclusão Social**, tem impactado positivamente a renda das famílias, gerando uma dinamização da economia local, bem como no aumento da percepção dos beneficiários no que tange à conservação ambiental de suas áreas. As demais iniciativas listadas, relacionadas ao apoio à inclusão produtiva desse público e dos demais povos e comunidades tradicionais têm, de igual maneira, contribuído para o avanço do extrativismo e a conquista e consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

No ano de 2015, o Portal Nacional do **Licenciamento Ambiental** (PNLA) foi disponibilizado para acesso público na internet, tornando-se o sítio mais acessado no domínio do MMA. A partir do uso das funcionalidades da versão 2.0 do PNLA, foram identificadas melhorias e evoluções para o Sistema, a serem implementadas com recursos do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Ao final de 2015, a expectativa no âmbito da **Gestão Ambiental Urbana e Territorial** era de que 78,2% do território nacional contasse com diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis, definidas por meio de iniciativas de ZEE desenvolvidas pelo Governo Federal. O valor alcançado (63,5%) é consequência direta da decisão tomada pela Comissão Coordenadora do ZEE do Território

Nacional (CCZEE), em outubro de 2014, no sentido de se interromper a elaboração do MacroZEE do bioma Cerrado, em detrimento do MacroZEE da Região Centro-Oeste.

Por outro lado, foi alcançado o objetivo de se apoiar 11 unidades da federação em seus processos de elaboração, revisão, aprovação e implementação de diretrizes de uso e ocupação sustentáveis de seus territórios. Além do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará e Rondônia, que já tiveram seus ZEEs elaborados e aprovados de acordo com o que prevê a lei nº 12.651/2012, estão em vigor instrumentos de cooperação com Distrito Federal, Goiás, Piauí, Roraima e Tocantins.

Ainda com relação à agenda Gestão Ambiental Urbana e Territorial, findo 2015, a expectativa era de: contratação de “Cartas de Vulnerabilidade de duas regiões metropolitanas”; conclusão do mapeamento citado no item anterior; finalização do projeto do Ministério das Cidades com recursos do BMUB e apoio da GIZ; e conclusão de documento com diretrizes e indicadores ambientais para áreas urbanas. Dessas iniciativas, o mapeamento foi concluído no início de 2016 e o projeto com o BMUB está aguardando novas definições estratégicas. A contratação das cartas de vulnerabilidade foi descontinuada e o documento com diretrizes e indicadores será utilizado em momento oportuno dentro da Estratégia Federal de Gestão Ambiental urbana (EFGAU), de forma que as iniciativas desenvolvidas ao longo de 2015 integram o processo de estruturação da citada estratégia.

Entende-se como principal avanço no âmbito dessa agenda, em relação a 2014, a aproximação entre as equipes do MMA e Ministério das Cidades, para o desenvolvimento de trabalhos técnicos conjuntos.

### iii.b- Principais desafios futuros

Para os próximos anos, os desafios relativos à **Política Nacional sobre Mudança do Clima** abarcarão, além da agenda nacional de mitigação à mudança do clima, a agenda de adaptação, buscando o alcance dos compromissos previstos na PNMC até 2020 e a estruturação dos arranjos institucionais necessários à implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil (*Nationally Determined Contribution* – NDC), no contexto do Acordo de Paris da UNFCCC, com horizonte temporal até 2025 e contribuição indicativa para 2030.

Até 2020, as ações de prevenção e controle do desmatamento devem contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa na Amazônia em 80%, em relação à média verificada entre 1996 e 2005, e no Cerrado em 40%, em relação à média de 1999 a 2008, e estabilizar as emissões nos demais biomas nos níveis de 2005.

Complementarmente, até 2030, os desafios colocados na pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC - *intended Nationally Determined Contribution*) do Brasil para o setor florestal e de mudança do uso da terra são os seguintes: i) fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal; ii) fortalecer políticas e medidas com vistas a alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de gases de efeito estufa provenientes da supressão legal da vegetação até 2030; iii) restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos; e iv) ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por meio de sistemas de georreferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.

Para 2016, a meta prevista no Planejamento Estratégico do MMA é reduzir as emissões de gases de efeito estufa no setor florestal em 19,2%, o que significa que os esforços de monitoramento, prevenção e controle do desmatamento continuarão como prioritários, com os seguintes avanços previstos: revisão e implementação dos planos de ação para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e no Cerrado; ampliação dos sistemas de monitoramento do desmatamento para os biomas extra-amazônicos; implementação da Estratégia Nacional de REDD+; fortalecimentos dos mecanismos de financiamento de ações de mitigação no Brasil, tais como Fundo Clima e Fundo Amazônia; e aprimoramento da cooperação internacional.

Outro relevante desafio apontado na NDC é a promoção da adaptação à mudança do clima em escala nacional, buscando minimizar os impactos em sistemas produtivos, de infraestrutura e sociais no longo prazo.

Com relação à **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, os principais desafios do MMA nos próximos anos serão: melhorar a articulação com os demais órgãos federais envolvidos; estreitar diálogo com outros entes federativos; identificar e construir formas de financiamento de infraestrutura e ações estruturantes de resíduos sólidos necessárias, em um cenário de restrições orçamentárias; assegurar a continuidade dos fluxos de informação no Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) entre os níveis de governo e os grandes geradores de resíduos sólidos; aprovar, por Decreto Presidencial, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos revisado e dar efetividade às diretrizes, metas e ações pactuadas; e ampliar o número de catadores de materiais recicláveis atendidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), expandindo a capacidade de mobilização do público e das prefeituras municipais para aderirem ao processo.

Ressaltam-se como desafios para a **Política Nacional de Recursos Hídricos**: i) a pactuação dos Indicadores do PNRH no âmbito do CNRH, com vistas à implantação do Sistema de Gerenciamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos; ii) a identificação de fontes de recursos e articulação de parcerias para o apoio aos Estados na elaboração ou revisão dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos, considerando a atual situação de déficit fiscal do Governo Federal; e iii) a construção de uma Agenda Estratégica em Recursos Hídricos, pactuada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Pretende-se, ainda, ampliar em 2916 as iniciativas referentes à utilização de energia solar fotovoltaica para o funcionamento dos sistemas de dessalinização, garantindo maior autonomia às comunidades rurais atendidas.

A consolidação do plano de formação e capacitação fundamentado na **Política Nacional de Educação Ambiental** levará à expansão do número de formados e de novos cursos. Nesse contexto, até meados de 2016 serão lançados cursos que complementam a iniciativa da EDUCARES - plataforma virtual de práticas de referência em Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos - para apoiar a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Para a agenda prioritária **Plano de Produção e Consumo Sustentáveis** destacam-se os seguintes desafios futuros: i) elaboração e aprovação da Política Nacional de Produção e Consumo Sustentáveis; ii) implementação das diretrizes do 2º Ciclo do Plano de Produção Sustentáveis; iii) implementação da Agenda 2030 referente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, em especial o objetivo 12, que trata da produção e consumo sustentáveis; e iv) fortalecimento dos instrumentos disponíveis para a implementação da política pública em produção e consumo sustentáveis, o que possibilitará maior efetividade no alcance dos objetivos almejados.

Com relação às agendas prioritárias **Política Nacional de Biodiversidade e Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**, as seguintes prioridades serão contempladas em 2016: i) revisão e atualização das medidas de ordenamento para a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros, no âmbito dos CPGs; ii) implementação dos Planos de Gestão voltados para a recuperação de espécies ameaçadas impactadas pela pesca, o que inclui estratégias integradas de monitoramento e fiscalização ambiental; iii) início da implementação da Estratégia Nacional para Espécies Ameaçadas de Extinção e do Programa de Controle de Espécies Exóticas Invasoras; iv) realização de ações que visem à consolidação das unidades de conservação, abrangendo desde a divulgação da sua importância até a conciliação da manutenção dos modos de vida das populações tradicionais; e v) aumento da conservação da biodiversidade marinha e costeira, contribuindo para potencializar a economia e fazer frente às mudanças climáticas globais;

No que se refere à patrimônio genético, constitui desafio para 2016 a implementação do marco institucional da Lei 13.123/2015, colocando em funcionamento o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, o Programa Nacional de Repartição de Benefícios e o novo CGEN.

O Programa **Bolsa Verde** tem alguns grandes desafios: a) incrementar o público e a gestão pública já existentes; b) manter a cobertura vegetal das áreas do Programa dentro dos parâmetros estabelecidos; e c) ampliar o acesso de seu beneficiários a serviços.

No que diz respeito ao incremento de público, salienta-se o cenário atual de cortes orçamentários e o pagamento do benefício a todos os beneficiários já inseridos no Programa. Com relação à manutenção da cobertura vegetal das áreas do Programa, dentro dos parâmetros estabelecidos, estão sendo discutidas medidas para o aprimoramento do monitoramento ambiental, de modo que isso possa efetivamente contribuir para prevenção e controle. Ademais, com a vigência da Resolução nº 5 do Comitê Gestor pretende-se ampliar o controle social da unidade e o grau de informação acerca de eventuais desmatamentos.

O principal desafio para a agenda **Licenciamento Ambiental** é a institucionalização do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (PNLA) pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio de Resolução Conama, e assinatura de Acordos de Nível de Serviço com os órgãos licenciadores.

Os desafios associados à agenda de **Gestão Territorial Urbana** são de duas ordens principais: em primeiro lugar, trata-se de garantir a continuidade das iniciativas de Zoneamento Econômico-Ecológico (ZEE) atualmente em desenvolvimento pelo Governo Federal (na Bacia do Rio São Francisco e na Região Centro-Oeste) e do apoio às unidades da federação em suas respectivas iniciativas. Essas questões passam, inevitavelmente, pelo fortalecimento contínuo da Comissão Coordenadora do Zoneamento Econômico-Ecológico do Território Nacional (CCZEE), do Consórcio ZEE Brasil, e do fornecimento dos recursos necessários (humanos e financeiros) para se atingir as metas estabelecidas.

Outro grande desafio para essa agenda é a obtenção de apoio institucional (MMA, demais órgãos da Administração Pública nas três esferas) para garantia da continuidade das iniciativas, da disponibilidade de recursos humanos e financeiros necessários ao tratamento da diversidade de aspectos e impactos ambientais relacionados aos problemas existentes nos grandes centros urbanos.

Dentro da **Prevenção e Controle da Poluição**, para fazer frente à necessidade de estabelecimento de um mecanismo de gestão e controle amplo de substâncias químicas, de forma a prevenir e mitigar os impactos negativos provocados à saúde e ao meio ambiente, será fundamental a articulação intergovernamental, bem como a construção de apoio político e de parte da iniciativa privada para a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Política Nacional de Segurança Química, do Projeto de Lei que dispõe sobre o cadastro, avaliação e o controle de substâncias químicas de uso industrial, e da ratificação da Convenção de Minamata sobre mercúrio.

### iii.c- [Ações e recomendações para melhoria de desempenho das agendas:](#)

#### **Política Nacional sobre Mudança do Clima**

- Continuidade do processo de priorização das ações de alinhamento entre políticas de mudança do clima e florestas, iniciado em 2015, (incluindo estruturas de gestão, monitoramento, análise de impacto e financiamento);
- Elaboração e implementação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima; e
- Plano de Ação para internalizar as decisões da Conferência das Partes, estabelecido e implementado.

#### **Política Nacional de Resíduos Sólidos**

- Ampliação da cooperação entre os diferentes órgãos dos governos federal, estadual e municipal, bem como do setor empresarial para a implementação das cadeias de logística reversa previstas em lei e regulamento;
- Estabelecimento e ampliação de projetos de cooperação internacional para fortalecer as capacidades institucionais do Ministério do Meio Ambiente e dos Municípios; e

- 
- Melhoria do ambiente regulatório para alinhar entendimentos e favorecer a implementação dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

#### **Política Nacional de Recursos Hídricos**

- Efetividade das deliberações do Conselho Nacional de Recursos Hídricos no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH);
- Maior eficácia na prevenção e resposta aos conflitos de uso dos recursos hídricos; e
- Continuidade das ações de capacitação das equipes estaduais sobre a metodologia do Programa Água Doce, no que diz respeito ao acompanhamento do Sistema de Convênios (Siconv), para dar maior celeridade na execução dos convênios.

#### **Política Nacional de Educação Ambiental**

- Ampliação dos processos formativos e inserção transversal das diretrizes e princípios construídos no âmbito do plano de capacitação ambiental.

#### **Plano de Produção e Consumo Sustentáveis**

- Fortalecimento da articulação entre os órgãos e instituições governamentais no sentido de tornar os padrões de produção e de consumo mais sustentáveis;
- Melhoria na integração interna para estabelecer uma estratégia mais eficaz de relação com os municípios parceiros; e
- Necessidade de investir em mecanismos de qualificação da participação dos jovens nas decisões, sempre aliados a ações de educação ambiental como previsto no Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

#### **Política Nacional de Biodiversidade**

- Revisão e atualização das medidas de ordenamento para a conservação e o uso sustentável dos recursos pesqueiros, no âmbito dos CPGs;
- Implementação dos Planos de Gestão voltados para a recuperação de espécies ameaçadas impactadas pela pesca, o que inclui estratégias integradas de monitoramento e fiscalização ambiental;
- Iniciar a implementação da Estratégia Nacional para Espécies Ameaçadas de Extinção e o Programa de Controle de Espécies Exóticas Invasoras;
- Atualização das áreas prioritárias para conservação da biodiversidade para os biomas Amazônia, Mata Atlântica e Pampa e dar prosseguimento ao processo já em andamento para as zonas costeiras e marinhas; e
- Coordenação do Programa Nacional de Monitoramento da Cobertura e Uso das Terras dos Biomas Brasileiros.

#### **Conservação Ambiental com Inclusão Social – Bolsa Verde**

- Ampliação dos limites para diárias e passagens para as ações que envolvem o público extrativista, haja vista que para as políticas dessa área serem implementadas de maneira efetiva e participativa, fazem-se necessárias visitas aos territórios;
- Garantia de recursos orçamentários para a implementação do Programa Bolsa Verde, em especial, para o pagamento dos benefícios e execução do monitoramento ambiental amostral e desenvolvimento do SisBolsaVerde (sistema de gerenciamento digital inteligente do Programa Bolsa Verde); e
- Ampliação da estrutura de governança do Programa Bolsa Verde por meio de maior participação de representantes de povos e comunidades tradicionais e de pontos focais nas unidades, estados e municípios, visando conferir maior capilaridade ao Programa e a outras políticas de inclusão socioprodutiva e ambiental.

#### **Licenciamento Ambiental**

- Execução de melhorias referentes ao Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (PNLA), com apoio financeiro do PNMA; integração do Estado de Rondônia; manutenção dos Estados de Roraima, Amapá e Sergipe; e institucionalização do portal.

#### **Implementação do Novo Marco Legal para Acesso aos Recursos Genéticos, aos Conhecimentos Tradicionais e Repartição de Benefícios;**

- Implementação do marco institucional da Lei 13.123/2015, colocando em funcionamento o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, o Programa Nacional de Repartição de Benefícios e o novo CGEN.

#### **Consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

- Ações com vistas à consolidação das unidades de conservação, abrangendo desde a divulgação da sua importância, até a conciliação da manutenção dos modos de vida das populações tradicionais, com a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais; e
- Aumento da conservação da biodiversidade marinha e costeira, contribuindo para potencializar a economia e também para fazer frente às mudanças climáticas globais.

#### **Gestão Ambiental Urbana e Territorial**

- Fortalecimento dos mecanismos de cooperação interinstitucional (tanto no nível federal quanto na esfera estadual), de modo a conjugarem-se esforços com vistas a se alcançar as metas definidas. O aporte de recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para a retomada do MacroZEE da Bacia do Rio São Francisco e o maior envolvimento do Consórcio ZEE Brasil no apoio aos zoneamentos estaduais constituem avanços a serem intensificados nesse sentido;
- Continuidade à constituição do Sistema Interativo de Análise Geoespacial da Amazônia Legal (Siageo Amazônia), capacitando usuários e ampliando seu escopo para todo o território nacional;
- Conclusão do trabalho de avaliação dos ZEEs costeiros e dos ZEEs elaborados na Amazônia Legal;
- Definição de uma estrutura organizacional formal na qual a agenda Gestão Ambiental Urbana e Territorial possa se consolidar.

#### **Prevenção e Controle da Poluição.**

- Funcionamento pleno da Comissão Tripartite Nacional, prevista na LC nº 140/11, para a implementação do Plano Nacional de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPS) e da gestão ambientalmente adequada de produtos químicos; e
- Ampliação da interlocução e de cooperação técnica com outros países e organismos internacionais para a evolução da gestão de produtos químicos, nacionalmente.

*iv- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.*

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20LU/0000	140.000	104.170	28.020	104.170	5	0	2	0	Unidade
20LX/0000	120.000	13.735	16.204	1.789	10	0	8	0	Unidade
20VN/0000	109.000	0	1.891	0	14	0	4	0	Unidade
20TS/0001	669.000	406.553	484.467	402.675	30	0	388	0	Unidade
20TS/0002	199.000	9.087	89.184	0	2	0	2	0	Unidade
20TS/0003	50.000	4.506	4.759	4.506	1	0	1	0	Unidade
20TS/0004	6.000	0	2.354	0	1	0	1	0	Unidade
20TS/0005	50.000	0	0	0	2	0	1	0	Unidade

20TS/0006	200.000	23.363	102.424	23.363	5	0	7	0	Unidade
20W5/0001	500.000	0	0	0	1	0	0	0	Unidade
20VS/0001	1.800.000	872.949	860.722	872.949	1	1	1	1	Unidade
20W3/0001	400.000	155.786	100.000	0	100	100	100	100	Unidade
2W6/0002	4.565.774	490.564	683.213	269.186	1	1	1	1	Unidade
20VS/0002	425.000	35.674	295.087	21.066	1	0	1	0	Unidade
20VP/0001	89.114.980	0	87.343.500	0	80.000	0	74.522	0	Unidade
20VP/0002	12.087.900	1.032.532	5.403.513	129.092	307.750	0	291.656	0	Unidade
8308-0001	44.825.486	17.155.269	187.754	16.457.388	67	0	67	0	Percentual
8308/0002	27.677.600	2.787.668	23.005.135	632.444	8.500.000	0	8.000.000	0	Quilômetro Quadrado
20M8/000C	312.000	817.643	75.634	447.566	4	0	1	3	Unidade
20VY/0002	696.000	292.586	137.522	273.258	3000	0	1.072	2.125	Unidade
20W8/0002	598.005	441.547	147.244	381.008	25	0	12	34	Unidade
20VX/0001	264.000	15.903	109.841	0	1	0	1	0	Unidade
20VU/0003	100.000	0	33.107	0	1	0	1	0	Unidade
20VW/0004	638.567	1.673.864	0	940.957	1	2	1	1	Unidade
20W1/0002	400.000	193.371	128.456	137.041	1	1	1	1	Unidade

**20LU/0000** - Foram atualizados os documentos do Santuário de Baleias do Atlântico Sul e seu plano de gestão em seminário realizado em novembro de 2015, contemplando duas das cinco metas previstas. As demais metas foram executadas parcialmente devido ao contingenciamento de recursos orçamentários. Sobre o valor inscrito em Restos a Pagar, refere-se ao Termo de Execução Centralizada, firmado entre o MMA e a Universidade Federal de Rio Grande - FURG, cujo objeto consistiu no monitoramento e avaliação do estado de exploração dos estoques pesqueiros do sul do Brasil e das abundâncias das populações de peixes explorados comercialmente.

**20LX/0000** - Com recursos orçamentários foram apoiadas reuniões do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), como parte das contrapartidas governamentais, e serviços de gráfica para duas publicações em curso: compêndio de leis do SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza e folder para divulgação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. Além disso, no âmbito desta ação, foram apoiados oito projetos, a saber: captação de recursos pelo Departamento de Áreas Protegidas – DAP, para buscar a conservação e uso da biodiversidade; assinatura da Fase III do Projeto ARPA; apoio a 18 novas UCs; chamada pública para apoio a novos processos de criação; cinco novas UCs consolidadas em grau I; renovação do Acordo de Cooperação Técnica ARPA com Estados; manutenção do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC); e, relatórios de revisão periódica das Reservas da Biosfera brasileiras.

**20VN/0000** - Das 14 metas inicialmente previstas para 2015, foi reprogramado para cinco metas devido a mudanças na direção da agenda, mudanças na quantidade de servidores da equipe e mudanças de prioridades da nova direção. Sobre as metas atingidas, cabe citar: a realização de duas reuniões do Comitê Nacional de Áreas Úmidas, em maio e dezembro de 2015; a publicação dos materiais da Revista do Dia Mundial de Áreas Úmidas; e a confecção de Banners para os Sítios Ramsar. Em RAP, foi pago contrato com a empresa de eventos para organização da 5ª Reunião da Estratégia de Conservação e Uso Sustentável das Áreas Úmidas da Bacia do Prata em dezembro de 2014.

**20TS/0001** - A meta de autorização das solicitações de acesso de patrimônio genético e repartição de benefícios foi cumprida e superada. A previsão era de 30 e, em função da publicação do marco legal (Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015) e de uma revisão de procedimentos feita pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), foram concedidas 388 autorizações.

**20TS/0002** - As ações desenvolvidas no âmbito deste PO consistiram na publicação do Livro "Projeto TerraClass Cerrado" e no trabalho de articulação realizado pela Comissão Nacional da Biodiversidade

(CONABIO). O Livro "Projeto TerraClass Cerrado" traz informações estratégicas, que servirão de suporte para a implementação e monitoramento das áreas e ações prioritárias do cerrado. Em relação à CONABIO, no exercício de 2015 ocorreram duas reuniões (58ª e 59ª CONABIO). Nelas foram discutidos e encaminhados assuntos prioritários para as políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade.

**20TS/0003** - A Avaliação de Desempenho Ambiental do Brasil efetuada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, cujo evento de lançamento do relatório foi custeado por recursos deste Plano Orçamentário, traz a avaliação dos avanços alcançados pelo País, desde o ano 2000, na busca por seus objetivos ambientais.

**20TS/0004** - Trata-se do Programa Cerrado Sustentável, cuja implementação no ano de 2015 foi apoiada, no que tange aos recursos orçamentários, por meio de duas reuniões da Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), sugerindo diretrizes e ações.

**20TS/0005** - A Lei 13.123/2015 foi sancionada em 20 de maio de 2015 e entrou em vigor em 17 de novembro do mesmo exercício, a qual dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Embora não haja recurso empenhado, a meta foi alcançada por meio de intenso trabalho de articulação política e coordenação entre órgãos de governo, sociedade civil organizada e Congresso Nacional, atividades essas que não são mensuradas do ponto de vista orçamentário.

**20TS/0006** - As sete atividades realizadas consistiram em oficinas de capacitação para povos e comunidades tradicionais sobre a Lei 13.123/2015. A execução dessas atividades se deu por meio de parceria entre o MMA, outros órgãos de governo, governos estaduais, municipais e organismos internacionais.

**20W5/0001** - Apoio a Projetos de Gerenciamento e Disposição de Resíduos Industriais e Perigosos, sobre os esforços emanados pelo MMA no que diz respeito à implantação do Registro de Emissão e Transferência de Poluentes (RETP). Estava previsto, no orçamento de 2015, repasse ao IBAMA da ordem de 500 mil reais. Esse repasse não se concretizou, pois o Instituto informou que estava com problemas na contratação de empresa de serviços de Tecnologia de Informação (TI) e, sendo assim, preferiam receber o recurso somente em 2016.

**20VS/0001** - Os recursos do orçamento de 2015 e inscritos em RAP/2014 da ação 20VS-PO 0001 foram utilizados no pagamento de produtos de consultoria dos seguintes contratos, finalizados em 2015: Contrato no. 02/2013 (Plano Estadual de Recursos Hídricos do Goiás) e Contrato no. 01/2014 (Elaboração da Carta das Águas Subterrâneas do Estado do Paraná), no âmbito do Projeto INTERÁGUAS (Acordo de Empréstimo no. 8074-BR). O apoio aos Estados na elaboração dos instrumentos de planejamento e gestão dos recursos hídricos é uma ação estratégica da SRHU/MMA.

**20VP/0001** - A dotação orçamentária da ação para 2015 previa o pagamento do benefício a 80 mil famílias, número que o Programa tinha como meta alcançar até o fim de 2015. No entanto, para efeitos de Planejamento Estratégico do MMA, a meta projetada era de 80.000 famílias beneficiadas até o final do ano de 2015. Diversos fatores, entretanto, impediram a ampliação de beneficiários ao Programa no montante esperado e, conseqüentemente, reduziram a execução orçamentária. A conhecida dispersão das famílias no território, os fluxos migratórios, as dificuldades logísticas dos trabalhos de campo para alcançá-las, as divergências cadastrais entre os diversos parceiros são fatores relevantes que contribuem para as dificuldades na ampliação do número de famílias beneficiárias do Programa. Estão em curso, entretanto, ações que já apresentam resultados positivos, mesmo antes de sua conclusão. A exemplo do censo extrativista, que está sendo realizado pelo ICMBio, e o desenvolvimento do SisBolsa Verde, que está sendo desenvolvido em parceria com a UFLA, ambos têm uma contribuição relevante para a ampliação do número de famílias beneficiárias no Programa. De qualquer forma, é natural que o ritmo e o volume de novas inclusões se reduzam,

especialmente porque se atingiu a marca de 74.522 famílias ao final de 2015, cerca da metade do público conhecido. O pagamento das famílias beneficiárias do Programa, indicador estratégico, é totalmente custeado pelo PO 0001 da Ação 20VP.

**20VP/0002** - As fases/etapas/atividades previstas para serem realizadas em 2015, no âmbito do Programa Bolsa Verde, foram custeadas pelo PO 0002, uma vez que se tratam de insumos para que se atinja a meta pactuada para o Indicador (famílias beneficiadas). No âmbito das fases/etapas/atividades exitosas em 2015, presentes no mapa estratégico do MMA, e custeadas pelo PO 0002, podem ser citadas:

- Análise e aprovação dos produtos da empresa de campo;
- Validação, processamento e arquivamento dos termos de adesão coletados pela empresa de campo;
- Acompanhamento da execução do contrato com a empresa de campo;
- Acompanhamento do contrato com a Caixa Econômica Federal;
- Acompanhamento do BRA/11/021, celebrado com o PNUD;
- Acompanhamento do Termo de Cooperação com a UFRRJ, para o monitoramento do Programa Bolsa Verde.

**8308/0001 e 0002** - Com base no Planejamento Estratégico vigente até o final de 2015, uma das Iniciativas Estratégicas previstas era a "Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais no âmbito da União", cujo indicador era o número de imóveis rurais inscritos no SiCAR.

Tem-se que a meta prevista para o fim de 2015 era de 40% dos imóveis rurais inscritos. Foi apurada a inscrição de 41% dos imóveis previstos, superando em um ponto percentual a meta prevista. Para tal, tanto o Plano Orçamentário 0001, da Ação 8308, como Plano Orçamentário 0002 contribuíram diretamente para o feito, uma vez que o desenvolvimento do Sistema (SiCAR), custeado pelo PO 0001, e desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Lavras, assim como a aquisição de imagens de satélite, custeada pelo PO 0002, tornam-se necessárias para o aumento do número de imóveis inscritos.

Vale ressaltar, por fim, que toda a gestão que envolve o Cadastro Ambiental Rural, no âmbito do MMA, foi transferida para o Serviço Florestal Brasileiro ao longo do ano de 2015.

**20W3/0001** - Em 2015, o repasse de cem mil reais da ação 20W3 destinou-se à efetivação de dois contratos de consultoria individual nos temas: elaboração de Documento-Base da Estratégia Federal de Gestão Ambiental Urbana (EFGAU); e construção de Proposta de Roteiro Metodológico para Elaboração de Zoneamento Ambiental Municipal (ZAM), por meio do Interágua. O valor de R\$ 155.786,40 inscrito em RAP refere-se aos pagamentos dos Produtos 4, 5 e 6 do Contrato Administrativo nº 001/2012, o qual apoiou vários municípios por meio do levantamento da cobertura vegetal de áreas urbanas e dos corpos d'água visando à elaboração de produtos cartográficos.

**20W6/0002** - execução do Contrato n.º 02/2012-FUB-SRHU, para implementação do Sistema Nacional de Informações sobre Gestão de Resíduos Sólidos do Governo Federal (SINIR), quanto ao RAP/2014 foi liberado à Caixa Econômica Federal para execução do Plano Estadual de Resíduos de Tocantis/TO, por meio do Contrato de Repasse n.º 776923/2012.

**20VS/0002** - Houve o repasse de recursos no âmbito do PCT/BRA/IICA/14/004 - Fortalecimento da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e seus Usos Múltiplos (Projeto INTERÁGUAS - Acordo de Empréstimo no. 8074-BR), com vistas à complementação de recursos para a efetivação de contratos de consultoria individual, visando à "Elaboração de Diagnóstico e Avaliação dos Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recomendações para a Construção do Novo PNRH, com horizonte temporal a partir de 2021".

**20M8/000C** - Elaboração de estudos técnicos, realização de reuniões e promoção de eventos com o objetivo de formular, implementar, articular e coordenar projetos e iniciativas atinentes aos eixos temáticos do primeiro Ciclo do Plano de ação em Produção e Consumo Sustentáveis e coordenação da Câmara Temática de Sustentabilidade do Geolimpíadas e co-coordenação do GT de

Sustentabilidade. Dificuldades: forte restrição orçamentária. Medidas mitigatórias: fortalecimento das parcerias.

**20VY/0002** - Foram alcançadas as metas físicas previstas por meio da formação de 3.197 educadores e gestores ambientais. Embora tenha sido atingido a meta planejada, a ampliação do número de formados deve ser significativa no próximo período por meio do fortalecimento da capacidade institucional instalada no MMA em Educação a Distância (EaD), para o apoio na implementação de Políticas Públicas Ambientais por intermédio da criação e implementação de planos de ação em formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvendo as agendas temáticas do Ministério.

**20W8/0002** - A A3P para consecução da meta estabelecida no PPA (quantitativo de adesões no ano) utilizou o orçamento com diárias e passagens da equipe para realização de capacitações em várias localidades, de forma a disseminar a agenda. Dificuldades: equilíbrio entre a demanda recebida em relação ao orçamento disponível. Para mitigar essa dificuldade, no exercício de 2016 será contratada empresa que realizará capacitações presenciais em oito estados e disponibilizado curso sobre a A3P na plataforma de educação à distância do MMA.

**20VX/0001** - Apoio ao projeto para análises de chumbo em tintas no mercado brasileiro, de acordo com a Lei nº 11.762/2008, por meio de Acordo de Cooperação Técnica (nº 002/2015) entre o MMA e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – Inmetro.

**20VU/0003** - todos os recursos foram utilizados para alavancar ações de apoio à Estratégia Nacional de REDD+, previstas no Planejamento Estratégico do MMA para 2015, em especial o desenvolvimento de etapas iniciais do Sistema de Informação sobre as Salvaguardas de Cancun para Implementação de REDD+ no Brasil. No entanto, recursos financeiros externos estão em fase de prospecção para a conclusão do Sistema, prevista para 2016.

**20VW/0004** - Apoio ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional “Desenvolvimento da avaliação inicial da Convenção de Minamata sobre mercúrio no Brasil”, celebrado entre o MMA e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), que tem como objetivo inventariar as emissões e liberações de mercúrio e apoiar o processo inicial de implementação da Convenção de Minamata. Apoio ao projeto celebrado em 2014 com o Estado de Minas Gerais, junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, objetivando o “Fortalecimento da Comissão Estadual do P2R2 Minas – Ação Integrada na Prevenção, Preparação e Resposta Rápida às Emergências com Produtos Perigosos”.

**20W1/0002** - Com a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima” (PNMC), estão sendo obtidos resultados efetivos na redução do desmatamento, da degradação e dos incêndios florestais e, conseqüentemente, na mitigação das emissões de gases de efeito estufa, bem como em relação à resiliência à mudança do clima. Destacam-se os Planos de Ação e Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima, em especial o PPCDAm, que tem apresentado resultados expressivos que contribuem para a consecução do Compromisso Nacional Voluntário de redução de emissões de gases de efeito estufa. Outro importante resultado recente que tem auxiliado no alcance da meta de implementação da PNMC é o Plano Nacional de Adaptação, que se encontra em estágio de finalização.

## 3.2- Informações sobre a gestão

### 3.2.1. *Perspectiva de Processos Internos*

#### 3.2.1.1 – Foco de Atuação

##### *i. Descrição*

###### **Descrição geral**

Tema que objetiva direcionar a instituição no sentido de trabalhar suas atribuições de forma focada e clara a respeito de quais são suas agendas ambientais prioritárias de atuação, prezando pela continuidade e

transparência.

**Responsável** Secretário-Executivo

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Para o monitoramento do objetivo de priorização das agendas ambientais, considerou-se a frequência da participação do Secretário-Executivo em reuniões das agendas em questão, de modo que se pudesse aferir o tempo de dedicação do secretário ao assunto.

Assim, em 2014, o MMA utilizou-se do Sistema de Informação e Gestão para a Governabilidade (SIGOB) para a apuração do indicador com foco de participação em agenda prioritária, classificando e consolidando todas as reuniões em que o Secretário-Executivo participou. Dessa forma, os dados foram mensalmente tabulados e retirados do Relatório Mensal de Agenda.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Índice de Agendas Prioritárias estruturadas em projetos	100%	86%	100%	86%	Não se aplica
Foco de participação em agendas prioritárias	25%	20%	Sem meta programada	Sem apuração	Não se aplica
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

O indicador “Agendas Prioritárias estruturadas em projetos” busca medir em que grau o Ministério traduz suas agendas estratégicas em projeto (iniciativas estratégicas), para serem monitoradas durante as reunião de avaliação estratégica. Durante o ano 2014, das 15 agendas estratégicas constantes do Planejamento Estratégico, 13 possuíam ao menos um projeto associado. As exceções foram as seguintes agendas: Licenciamento Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica. Em 2015, não houve alteração do padrão. Ambas as agendas continuam sem desdobramento em projetos. Para 2016, devido a iniciativa de revisar o Mapa Estratégico, o indicador perde a razão de existir, tendo sua intenção captada por outra variável.

Com relação ao indicador “Índice de Agendas Prioritárias”, o intuito em 2014 foi tentar captar quanto do tempo da agenda do Secretário-Executivo estava dedicado às temáticas elencadas nas Agendas Prioritárias. A alta fragmentação da agenda, aliada a dificuldades operacionais em se obter dados, prejudicou o acompanhamento desse indicador. Ademais, os resultados apurados não tinham muito significado prático em termos de gestão da agenda. Assim, definiu-se que esse indicador deveria ser retirado do rol dos passíveis de monitoramento.

## iii. Conclusão

### iii.a- Avaliação do resultado

O Ministério manteve seu foco de atuação dentro de suas agendas estratégicas. Com exceção das agendas de Licenciamento Ambiental e Avaliação Ambiental Estratégica, que não possuem projetos

associados, todas as demais qualificaram suas iniciativas com vistas ao alinhamento com a nova versão do Plano Plurianual 2016-2019.

### iii.b- Ações e recomendações para melhoria de desempenho

Para 2016, é necessário realizar uma revisão do Mapa Estratégico de forma a melhor organizar a temática, conferindo-lhe maior destaque. A intenção é transformar o tema Foco de Atuação em uma perspectiva estratégica, fazendo, assim, com que a instituição trabalhe de maneira mais alinhada à suas prioridades declaradas. Evidenciar as prioridades auxilia a instituição não apenas a se organizar eficientemente, como possibilita maior transparência e comunicação com seus servidores e a sociedade.

#### 3.2.1.2 - Processos Estruturantes

##### i. Descrição

###### Descrição geral

Tema que propõe o alinhamento da estrutura formal do MMA com as diversas mudanças ocorridas nos últimos anos, evitando que a cada gestão modificações informais sejam implementadas. Pretende, também, otimizar rotinas e atividades relacionadas aos processos de licitação e implementar um sistema de gestão do conhecimento e um modelo de gestão com foco em resultado.

**Responsável** Secretário-Executivo

##### ii. Análise

###### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Com o intuito de estabelecer uma estrutura institucional contínua, consolidada e aberta ao dinamismo das demandas, o MMA apresentou ao Ministério do Planejamento (MP) uma minuta para alteração do Decreto 6.101, de 26 de abril de 2007, que rege sua estrutura, o que proporcionou a identificação de cargos em comissão que estavam em unidades administrativas distintas das previstas inicialmente no Decreto. A aferição dessa distinção foi de 30% no exercício de 2014. Esse indicador não foi medido em 2015, visto que se procedeu à elaboração de ação corretiva para essa disfunção, que consistiu no envio de minuta de Decreto ao MP.

Outro avanço relevante foi a otimização dos processos licitatórios e de contratação. Com base na realização de licitações nas modalidades: Dispensa, Pregão Eletrônico e Inexigibilidade, foi iniciada, em 2014, processo para identificar o tempo médio das licitações no âmbito do MMA, chegando-se a um valor estimado em 142 dias. No ano de 2015, com o intuito de aprimorar e abaixar a média de dias para a realização do processo licitatório, o Ministério iniciou os trabalhos de mapeamento de processos na área de licitação, o que representa um avanço em relação ao ano de 2014, embora ainda não se tenha concluída a estimativa de impacto nesses processos, tendo em vista que estes estão em andamento, sob a coordenação da empresa TOTVs.

Para assegurar o acesso às informações institucionais, o MMA implantou o sistema “Biosfera” – nome fantasia de gestão do conhecimento no órgão, cumprindo 100% do projeto inicial previsto em 2014. Não obstante a implementação de um sistema destinado à disseminação do conhecimento, entende-se ser esse apenas um instrumento, o meio de compartilhamento das informações produzidas. Assim, a organização trabalha no aprimoramento de suas funcionalidades, a fim de que o sistema torne-se uma ferramenta dinâmica e de efetiva troca de conhecimentos.

Em continuidade ao aprimoramento da gestão por resultados, o MMA lançou esforços para o alinhamento de seu planejamento estratégico com o Plano Plurianual - PPA (2016-2019). Assim, por ocasião da elaboração do novo PPA, o Ministério procedeu à realização do alinhamento do seu plano estratégico ao plano estratégico do governo (PPA). O objetivo desse alinhamento é fazer com que os esforços de acompanhamento e monitoramento das políticas ambientais sejam mais efetivos e

menos dispendiosos, visto que o monitoramento do PPA será realizado durante os fóruns estratégicos que ocorrem trimestralmente.

Posto isso, alinhar o Planejamento Estratégico ao PPA foi fator primordial enquanto processo estruturante, já que esse possui como premissa a promoção e a integração de projetos, processos e atividades das diversas secretarias e áreas do MMA, que deverão estar atrelados às respectivas metas de resultado.

No ano de 2014, foram utilizados os fóruns temáticos e as RAEs para o acompanhamento desse indicador. Logo, no ano de 2015, foi realizada a integração dos projetos, processos e atividades com o PPA.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
<b>Gestão do conhecimento implementado</b>	60%	60%	100%	100%	N/A
<b>Tempo médio dos processos licitatórios</b>	80	142	80	107	90
<b>Avanço do Projeto Modelo de Gestão</b>	100%	91,5%	100%	90%	100%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

A aprovação da minuta de alteração do Decreto 6.101/2007 pelo Ministério do Planejamento implicará estratégias e soluções para as transformações ocorridas na estrutura interna do MMA nos últimos anos. A compatibilização do PPA com Planejamento Estratégico trará ganhos significativos à implementação dos dois instrumentos, pois permitirá que o modelo de gestão do Plano estratégico seja também o foro adequado para o monitoramento constante dos objetivos e metas do PPA.

#### iii.b- Ações e recomendações para melhoria de desempenho

Recomenda-se para 2016 a criação de novos indicadores, além do de tempo médio, para licitação, e a revisão da portaria que disciplina o processo licitatório no âmbito do MMA.

### 3.2.1.3- Diálogo e Integração

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Tema voltado para a criação de processos institucionais de integração interna e para o estabelecimento de modelo de diálogo e integração institucional, permitindo que as partes interessadas tenham conhecimento sobre as ações desenvolvidas pelo MMA.

**Responsável** Secretário-Executivo

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

O Sistema de Informações Estratégicas do Sisnama (SIES) foi criado para compilar informações sobre as atividades desenvolvidas pelo MMA, permitindo ágil consulta por meio de gráficos e relatórios, e está disponível para consulta por todos os servidores do Ministério pela rede interna. O SIES foi desenvolvido a partir do início do ano de 2013, com implantação no primeiro semestre do ano de 2014.

O sistema possibilita o diálogo institucional com as partes interessadas, pois dentre as informações disponíveis expõe a rede de interações do MMA com seus parceiros, seja por meio da celebração de instrumentos ou em apoio às ações desenvolvidas, permitindo que, ao dialogar, o MMA tenha conhecimento sobre a totalidade das interações estabelecidas com seus interlocutores. Em 2015 o SIES evoluiu de aplicativo “desktop” para um sistema com funcionamento em “nuvem”, desenvolvido pela Coordenação-Geral de Tecnologia de Informação e Informática (CGTI), denominado SIES 2.0 web.

No primeiro semestre de 2015, foram compiladas demandas e sugestões de melhoria, elaboradas e implantadas no segundo semestre. Em novembro de 2015, foram realizadas duas oficinas para avaliação do sistema e definição de melhorias para 2016. Para integração de dados financeiros e orçamentários procedentes do SIAFI e do SICONV, foi iniciado estudo conjunto envolvendo o Departamento de Coordenação do Sisnama (DSIS), a CGTI e a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA).

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Não há indicadores para esse tema em 2015.

## iii. Conclusão

### iii.a- Avaliação do resultado

A criação e implantação do SIES é um grande avanço e o seu desempenho no ano de 2015 foi muito positivo. Ao final do ano de 2015 o SIES apresentou informações de mais de 350 ações desenvolvidas pelas unidades do MMA e vinculadas. No decorrer do ano foram implementadas melhorias no sistema e elencadas outras para 2016.

### iii.b- Ações e recomendações para melhoria de desempenho

Estão em andamento ações para a evolução do SIES, sendo recomendada a manutenção da metodologia de administração, do desenvolvimento contínuo e da mobilização da atual equipe do sistema.

## 3.2.1.4- Gestão Financeira

### i. Descrição

#### Descrição geral

Tema que visa à melhoria da capacidade de execução orçamentária e do monitoramento da qualidade do gasto. Trata também da captação e execução de recursos externos ao orçamento, por meio do estabelecimento de critérios padronizados, preferencialmente alinhados à estratégia institucional. A execução desses recursos deverá ser transparente e permitir o seu monitoramento com avaliação de resultados.

#### Responsável

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração e Secretário-Executivo

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A partir de 2015, o MMA passou a alinhar a execução dos seus recursos orçamentários ao seu Planejamento Estratégico - PE, respeitando as especificidades e necessidades de cada setor.

Assim, tendo por base o referencial monetário estipulado pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), no montante de R\$ 897.700.000,00, passando para R\$ 71.000.000,00 após negociações, a Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária (CGGO) solicitou que as unidades definissem os Planos Orçamentários exclusivos para a execução de seus projetos estratégicos e alocassem recursos orçamentários nas ações para o PLOA 2015, de modo a priorizar a operacionalização desses projetos. Do total dos recursos orçados no PLOA 2015, 51% refere-se à execução do PE do Ministério.

Dessa forma, o acompanhamento da execução orçamentária das despesas relacionadas ao (PE), em 2015, foi realizado com base no relatório de execução das ações estratégicas detalhadas por natureza de despesa, fato este considerado um avanço em relação ao exercício de 2014, mas que ainda necessita de ajustes a serem realizados em longo prazo, de modo que a mudança da cultura organizacional possa se efetivar.

No que tange à captação e à execução de recursos externos ao orçamento, em 2015, iniciou-se o desenvolvimento do módulo de Acompanhamento de Projetos com Recursos Externos (Aprex), no ambiente da rede "Biosfera". Trata-se basicamente de um formulário eletrônico, cujo uso será feito obrigatório e periodicamente pelos responsáveis pelos projetos, acrescido de painéis gerenciais que mostrarão os projetos, os valores envolvidos e as taxas de execução orçamentária e financeira ao longo do tempo. Adicionalmente, o módulo também permitirá acompanhar os resultados e os produtos de consultoria, que estarão facilmente acessíveis no portal do MMA. Ao longo do ano, foram definidas as especificações e testadas e as primeiras entregas do módulo. Espera-se que sua implementação comece em 2016, coletando os primeiros dados referentes a 31/12/2015.

Paralelamente, o MMA aderiu a uma ata de registro de preços do Ministério do Planejamento, cujo objeto é o redesenho de processos. Em 2015, a empresa contratada – TOTVS – mapeou nove projetos que representam os diversos arranjos institucionais de implementação e elaborou sua primeira análise de melhorias possíveis nos processos e sistemas.

A terceira frente de trabalho refere-se à capacitação dos gestores e demais responsáveis pelos projetos num curso destinado à, sobretudo, simplificar o entendimento dos processos de negociação, captação e execução de recursos externos, em perspectiva comparada. Essa ação teve poucos avanços em 2015, particularmente pela dificuldade de se conseguir um ofertante adequado para o curso, embora seja mesmo conveniente que tal curso se alimente das conclusões do trabalho de redesenho acima.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Capacidade da Execução Orçamentária-Administração Direta (com base no limite inicial)	100%	89,2%	100%	87,9%	100%

<b>Percentual do Orçamento alinhado à estratégia</b>	N/A	51,1%	N/A	53,6%	N/A
Legenda	<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	<span style="color: red;">■</span> Desconforme		

### Capacidade da Execução Orçamentária

Mensalmente, elabora-se uma série de gráficos que demonstram a execução orçamentária das unidades, correlacionando o limite disponibilizado com o empenho e a liquidação de cada unidade. Esses gráficos são apresentados trimestralmente aos Secretários e ao Secretário-Executivo, por ocasião das Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's) e servem para avaliarem de forma global o estágio em que se encontra a execução orçamentária de cada unidade.

No que tange ao indicador "Capacidade da Execução Orçamentária", foi apresentada pela área a proposta de alteração pelo indicador Capacidade da Execução Orçamentária das Ações do Planejamento Estratégico, a partir de 2016, restringindo os dados informados apenas ao âmbito do PE e, inclusive, da Unidade Orçamentária 44101 - Administração Direta.

### Percentual do Orçamento alinhado à estratégia

A tabela apresentada a seguir, representa a correlação entre as atividades estratégicas aos Planos Orçamentários exclusivos. Após a definição dos valores necessários para o atingimento de seus objetivos estratégicos e, ainda, após a elaboração de suas propostas orçamentárias para 2015, elaborou-se um quadro evidenciando a representatividade do planejamento estratégico no orçamento de cada unidade. Em relação ao indicador "Percentual do Orçamento alinhado à estratégia" não é pertinente estabelecer uma meta de qual percentual do referencial monetário, limite para a elaboração do PLOA, deverá ser obrigatoriamente atribuído ao planejamento estratégico, uma vez que os cenários fiscal e econômico restringem a atuação das unidades e essa seria mais uma limitação que poderia, inclusive, inviabilizar a execução das demais programações que não são abarcadas no PE, mas têm relevância dentro do órgão.

No entanto, a área orçamentária sempre reforça e informa às unidades quais as programações orçamentárias que elas mesmas indicaram como vinculadas ao PE, para que as mesmas recebam parcela do referencial monetário, permitindo a execução estratégica do Órgão durante o exercício.

R\$ 1,00

Unidade	Valor projetado para Planejamento Estratégico - 2015 (a)	Valor orçado para o Planejamento Estratégico no PLOA 2015 (b)	Referencial Monetário da Unidade (c)	% do valor orçado em relação ao Valor projetado (d = b / a)	% do valor orçado em relação ao Referencial dado (e = b / c)
SAIC	2.060.000	390.000	3.449.418	18,9%	11,3%
SBF	12.040.800	2.721.000	3.391.977	22,6%	80,2%
SEDR	194.072.920	168.475.486	174.148.600	86,8%	96,7%
SMCQ/FNMC	13.913.000	3.362.000	16.142.388	24,2%	20,8%
SRHU	13.170.000	7.897.628	95.375.002	60,0%	8,3%
SPOA	14.515.711	12.627.126	55.941.237	87,0%	22,6%
SECEX	35.000	35.000	26.023.301	100,0%	0,1%
SFB	8.057.078	3.470.548	14.975.951	43,1%	23,2%
<b>TOTAL</b>	<b>257.864.509</b>	<b>198.978.788</b>	<b>389.447.874</b>	<b>77,2%</b>	<b>51,1%</b>

Quanto aos recursos externos ao orçamento, os principais indicadores que serão implementados, a partir da disponibilização do módulo Apex são:

1. participação dos recursos externos no orçamento do MMA;
2. taxa de execução orçamentária dos projetos com recursos externos;
3. taxa de execução financeira dos projetos com recursos externos.

Todos os três indicadores irão precisar da colaboração das unidades do MMA que executam com recursos externos ao orçamento, bem como a gestão da Secretaria Executiva para a consolidação dos dados.

### *iii. Conclusão*

#### *iii.a- Avaliação do resultado*

Conclui-se que a otimização da gestão dos recursos orçamentários teve sua consecução como esperado e programado. Com relação à captação de recursos externos ao orçamento, ressalta-se que a implementação do módulo Apex, a ser iniciada em 2016, possibilitará uma visão mais completa dos projetos de cooperação do órgão.

#### *iii.b- Ações e recomendações para melhoria de desempenho*

A partir de 2016, as unidades receberão relatórios mensais para o acompanhamento de sua execução estratégica (empenho, liquidação e pagamento) com uma maior frequência. Quanto aos recursos externos ao orçamento, as melhorias virão da implementação efetiva dos instrumentos previstos. O órgão trabalha no sentido de aumentar a eficiência dos prestadores de serviço, responsáveis pelas entregas dos módulos Apex e do redesenho de processos.

### **3.2.2- Perspectiva de Base para Ação**

#### **3.2.2.1- Gestão de Pessoas**

##### *i. Descrição*

###### **Descrição geral**

Tema que desenvolve ações voltadas para a capacitação técnica e gerencial dos servidores, bem como para o desenvolvimento das competências gerenciais dos dirigentes, além de ações que possibilitem estruturar e implementar modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências.

<b>Responsável</b>	Secretário-Executivo
--------------------	----------------------

##### *ii. Análise*

#### *ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.*

O Ministério do Meio Ambiente firmou Termos de Execução Descentralizada com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) com a finalidade de oferecer cursos de capacitação, de forma a preencher demandas identificadas no Plano Anual de capacitação (PAC). Esses termos permitiram a realização de quase todas as demandas do PAC, no que tange à oferta de cursos. Além disso, os programas de incentivos à pós-graduação, graduação e língua estrangeira continuaram sendo ofertados. Mesmo com as dificuldades orçamentárias e financeiras do órgão foi possível atender vários servidores com custos mais baixos do que as capacitações individuais.

Especificamente no que tange à oferta de capacitações para o desenvolvimento das competências gerenciais dos dirigentes, o Ministério não conseguiu atingir a meta de 53% de participantes, alcançando apenas 39% desse público.

Em parceria com a Universidade Federal do Pará - UFPA (TED Nº 5, de 18 de junho de 2014), foram realizadas as seguintes atividades do Projeto Gestão por Competências: sensibilização dos servidores do MMA para gestão por competências; realização de Oficinas de Mapeamento de Competências,

envolvendo todas as unidades administrativas do Ministério; aplicação de Avaliação de Competências, que foi disponibilizada a todos os servidores e detentores de cargo em comissão de níveis 1 a 3, possibilitando a identificação das lacunas de competências dos servidores e respectivas necessidades de capacitação. Com base nesse resultado, dentre outros critérios, foi elaborado o Plano Anual de Capacitação para o ano de 2016. Realizada, ainda, a 2ª Pesquisa de Clima Organizacional do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo analisar a percepção compartilhada dos servidores acerca de temas que são relevantes para a instituição: condições físicas do ambiente; capacitação; chefia; informações; inovação/participação em mudanças; instituição; processos; reconhecimento e relações. Os resultados da pesquisa serão avaliados no ano de 2016.

Por fim, destaca-se que os trabalhos relativos ao mapeamento de competências do MMA, iniciados em 2014, foram executados em 2015.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Capacitação e qualificação do corpo técnico	40%	33,5%	48%	48%	51%
Capacitação gerencial dos dirigentes	50%	59,4%	53%	39%	56%
Avanço do Projeto Modelo de Gestão de Pessoas	60%	60%	100%	86%	100%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

O indicador “Capacitação e qualificação do corpo técnico” tem como premissa capacitar, com no mínimo 20h/a, os servidores do Ministério do Meio Ambiente (efetivos, temporários, requisitados, DAS 101.1 e DAS 102). Já o indicador “Capacitação gerencial dos dirigentes” visa capacitar, com no mínimo 8h/a, os dirigentes que ocupam cargos DAS 101.2 e superiores.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

A gestão para competências foi implantada no MMA com o apoio dos gestores e a mobilização dos servidores. Foram identificadas competências administrativas, gerenciais, pessoais e específicas de cada unidade. Com base nessas informações, foram aplicados questionários para identificação de lacunas de competências (respondidos pelo servidor e por sua chefia imediata). Assim, como resultado direto para a organização, implantou-se uma nova metodologia de identificação das necessidades de capacitação e, conseqüentemente, de elaboração dos Planos Anuais de Capacitação. Destaca-se, ainda, a realização de duas pesquisas de clima inéditas, oferecendo, assim, ao servidor um canal no qual foi possível a manifestação da percepção acerca do ambiente de trabalho. A avaliação do clima oferece subsídios para a realização de intervenções voltadas para a gestão

#### iii.b- Ações e recomendações para melhoria de desempenho

Para o amadurecimento do modelo de gestão por competências, recomenda-se a revisão periódica/atualização das competências individuais dos servidores do MMA e a institucionalização da avaliação de competências como metodologia de identificação das necessidades de capacitação e elaboração dos Planos Anuais de Capacitação, o que demandará a atualização da atual política de

capacitação. Será necessário, ainda, um trabalho permanente de mobilização dos servidores da casa para a participação em todas as etapas do processo.

### 3.2.2.2- Infraestrutura e Tecnologia

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Tema que trata da valorização do bem-estar e da qualidade de vida dos servidores, da garantia, disponibilidade e segurança dos recursos de Tecnologia da Informação, abrangendo *hardware* e *software*, visando a utilização desses recursos no desenvolvimento dos processos de trabalho e competências institucionais, potencializando o desempenho em geral e favorecendo o compartilhamento das informações e conhecimento produzidos pelo MMA.

**Responsável** Secretário-Executivo

#### ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A partir da perspectiva de melhorar as estruturas físicas e áreas, contribuindo para a segurança, melhoria da qualidade de vida e condições de trabalho, diversas ações foram tomadas desde 2014, a fim de garantir a consecução desse objetivo. A modernização dos Elevadores e do auditório, a implementação do restaurante, a melhoria da comunicação Visual do Bloco B e a melhoria dos instrumentos de combate a Incêndio eram os desafios para aquele ano, bem como a mudança do edifício anexo da SEPN 505 (Ed. Marie Prendi Cruz). Dessas, apenas a modernização dos elevadores e a mudança do edifício anexo não foram alcançadas em 2015.

A iniciativa de garantir a implementação das ações prioritárias estabelecidas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), de acordo com os prazos estabelecidos, obteve como avanço em relação ao ano de 2014 a vinculação dos sistemas previstos no Planejamento Estratégico, o que representa uma sinergia entre os sistemas demandados com as prioridades definidas pelo MMA.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2014		2015		2016
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Percentual de Implementação do PDTI	30%	60%	70%	75%	20%*
Modernização da Infraestrutura	48%	36%	100%	42,85%	100%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

\*Meta de 2016 refere-se ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação do período 2016-2018.

#### iii. Conclusão

##### iii.a- Avaliação do resultado

A implantação de parte do que foi planejado trouxe um ganho para o bem-estar e a qualidade de vida dos servidores. Mesmo não realizando todas as ações, considera-se uma evolução o benefício obtido com os projetos realizados, sabendo-se, entretanto, que deve se buscar meios para concluir o que for necessário à melhoria do ambiente de trabalho do servidor. Há o desafio para 2016 de implementar um indicador de satisfação dos servidores em relação aos serviços de TI e de infraestrutura do MMA.

### iii.b- Ações e recomendações para melhoria de desempenho

Os projetos previstos dependem prioritariamente de recursos. Nesse sentido, é necessário se buscar medidas alternativas que possam contribuir para a realização das iniciativas propostas no planejamento estratégico e não realizadas.

No âmbito da Tecnologia da Informação, entende-se ser necessária a continuidade do processo de implementação dos sistemas estratégicos do MMA, destacando-se: o SINIR, Biosfera, novo SNUC, O SMMARE, dentre outros.

## 3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

### 3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O ano de 2015 foi marcado pela execução do segundo ciclo de implementação do Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente. A execução do segundo ciclo compreendeu a realização de revisões de alguns componentes do planejamento estratégico, tais como: iniciativas estratégicas, indicadores e metas, com a finalidade de adequá-los a novos contextos administrativos de restrição orçamentária, elaboração de um novo Plano Plurianual e de revisão da estrutura organizacional.

### 3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

Entre março de 2013 e março de 2014, o MMA elaborou seu Planejamento Estratégico, com horizonte temporal de 2014 a 2022. Por meio de um processo participativo, em que dirigentes e servidores puderam expressar suas ideias, o MMA definiu seus grandes objetivos estratégicos a serem perseguidos durante os próximos oito anos. A metodologia escolhida para orientar a formulação e implementação da estratégia foi o *Balanced Scorecard* – BSC.

Para isso, a instituição teve apoio de uma consultoria especializada que implementou o projeto de elaboração do planejamento. O referido projeto contou com as seguintes etapas: diagnóstico institucional, mapa e objetivos estratégicos, indicadores e metas, iniciativas estratégicas, modelo de gestão e módulos de capacitação.

A avaliação do desempenho dos objetivos estratégicos e de todos os compromissos firmados no plano estratégico ocorre em reuniões específicas com periodicidade trimestral. Durante esses encontros, denominados de Reunião de Avaliação da Estratégia (RAE), os responsáveis pelos objetivos e indicadores devem realizar a prestação de contas acerca dos resultados alcançados e/ou das dificuldades encontradas, sempre propondo encaminhamentos para superar os entraves. Assim, revisões e ajustes dos componentes do plano estratégico são derivados de eventuais encaminhamentos específicos acordados durante as referidas reuniões de avaliação da estratégia.

### 3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

Considerando que 2015 foi o ano de elaboração do PPA 2016-2019, o MMA adotou a iniciativa de alinhar esse instrumento ao seu planejamento estratégico no maior grau metodológico possível. Para isso, no primeiro semestre, dedicou grande parte de seus esforços nessa tarefa. Todos os componentes finalísticos do plano estratégico foram integralmente incorporados na nova proposta do PPA.

Após a conclusão da proposta, a instituição realizou o caminho inverso, ou seja, iniciou esforços para garantir que grande parte do que foi estabelecido no PPA também fosse incorporado no planejamento estratégico do MMA, buscando o máximo de aderência entre ambos os instrumentos, resguardadas as diferenças metodológicas. A participação da instituição no PPA 2016-2019 ficou reduzida a quatro programas, 15 objetivos, 55 metas e 192 iniciativas.

Visto que o orçamento está, nessa nova versão do PPA, vinculado aos Objetivos dos Programas temáticos, as ações orçamentárias da instituição estão alocadas onde o MMA tem responsabilidade

direta. Assim, uma vez que o alinhamento entre o planejamento estratégico e o PPA foi estabelecido, a correspondência orçamentária também foi garantida.

### **3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica**

Ainda não há o acompanhamento do grau de implementação e internalização do planejamento estratégico na instituição por meio de indicadores quantitativos. Entretanto, até o momento, os avanços obtidos são acompanhados por meio da implementação do objetivo estratégico “Implementar modelo de gestão com foco em resultado”.

Devido ao estágio inicial em que a implementação do planejamento se encontra, o desempenho do referido objetivo é medido pelo estágio de implementação da iniciativa estratégica associada a ele. Em outras palavras, contabiliza-se o percentual de atividades executadas no período em relação as previstas. O próximo passo no sentido de qualificar essa avaliação deve ser a realização de pesquisa interna periódica que contenha variáveis que capturem o nível de internalização e envolvimento dos servidores ao planejamento.

### **3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade**

As revisões do planejamento estratégico ocorrem sempre que definidas em encaminhamento específico acordado durante as reuniões trimestrais de avaliação da estratégica ou reuniões trimestrais dos fóruns temáticos. As adequações podem ser de natureza diversa, sendo o mais usual as solicitações de revisão dos cronogramas das iniciativas estratégicas.

O ano de 2015 foi marcado pela mais substancial revisão desde a criação do planejamento. Fatores como o novo ciclo de governo, alteração e/ou renovação de mandatos internos, reforma organizacional (proposta de regimento interno), restrição orçamentária e o novo PPA levaram a instituição a se dedicar menos nas rotinas de acompanhamento e mais nas atividades de revisão. Assim, ao final de 2015, o MMA concluiu a revisão de todas suas iniciativas estratégicas finalísticas, apresentando novos compromissos de entregas à sociedade.

### **3.3.6- Envolvimento da alta direção (Secretários)**

A participação da alta direção da instituição se dá primordialmente durante as reuniões de avaliação da estratégica – RAE. É esse o momento onde eles, como responsáveis máximos dos compromissos firmados, reportam, avaliam e sugerem soluções. Entretanto, é desejável que exista uma maior proximidade desses atores em outros momentos do planejamento. Ainda não houve, por exemplo, uma plena incorporação do método nas rotinas internas dos dirigentes. Em outras palavras, é necessário que o planejamento estratégico seja o procedimento principal e a diretriz única que oriente a atuação da direção da instituição perante suas secretarias.

### **3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico**

De maneira geral, em 2015, as Secretarias tiveram sua participação qualificada em relação as atividades de implementação do planejamento estratégico. Levando em consideração que as rotinas de monitoramento (RAEs e Fóruns temáticos) não aconteceram de forma plena em 2015 e que as atenções se voltaram para o processo de revisão, é possível verificar uma melhora na qualidade da formulação das propostas revisadas em comparação com as existentes em 2014.

Entretanto, há muito espaço para melhoria na performance das secretarias: (1) As rotinas internas ainda são consumidas por tarefas não relacionadas ao planejamento; (2) As prioridades das unidades não estão exclusivamente alinhadas às definidas no planejamento; (3) No quesito indicador de desempenho, há dificuldade de se formular bons referenciais; (4) A alocação dos servidores e recursos orçamentários ainda não é feita de forma plena tendo como referência o planejamento; e (5) Existe uma clara carência de capacitação em gestão tanto dos servidores quanto gerentes.

## **Secretarias**

Secretaria-Executiva	
Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental	
Secretaria de Biodiversidade e Florestas	
Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável	
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental	
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano	
<b>Legenda</b>	
<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado	
<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção	
<span style="color: red;">■</span> Desconforme	

### 3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

Com vistas a qualificar o processo de implementação do planejamento estratégico, para o ciclo 2016, alguns desafios estão postos: (1) Concluir a construção e iniciar a implementação do sistema informatizado de gestão estratégica atualmente em desenvolvimento em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; (2) Dar prosseguimento aos trabalhos de revisão das iniciativas estratégicas, com a definição de novos cronogramas e responsáveis; (3) retomar de forma plena as rotinas de monitoramento (RAEs e fóruns temáticos); (4) Empoderar os multiplicadores do planejamento estratégico (servidores designados em cada secretaria); (5) Elaborar um plano de comunicação para ações de conscientização dos envolvidos (média e alta direção) acerca da importância do planejamento estratégico para a instituição, visando à constante motivação; e (6) Buscar a mudança da cultura organizacional, de maneira a incorporar os valores desenhados e a exercer suas atividades com o foco nos resultados para a sociedade.

## 4- Governança

### 4.1- Descrição das Estruturas de Governança

Não há estrutura orgânica de controle formalizada. Conforme prevê o Decreto nº 6.101/2007, que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, compete à Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, assistir ao Ministro de Estado no controle interno dos atos administrativos a serem implementados ou já efetivados, bem como no controle interno dos atos oriundos de órgão ou entidade sob a coordenação dessa unidade jurídica. Além da Consultoria Jurídica, existe o Assessor Especial de Controle Interno - AEI, responsável pelo assessoramento ao Ministro de Estado nos assuntos de controle interno.

No que tange ao sistema de correição, deve-se esclarecer que, com base na Portaria 1.043/2007-CGU e nas demais orientações da Controladoria-Geral da União (CGU), em 2010 foi realizado um levantamento dos processos do MMA que deveriam ser cadastrados no Sistema CGU-PAD. A partir desse levantamento, os processos passíveis de cadastramento passaram a ser inseridos nesse sistema. Quanto aos processos atuais, informa-se que eles estão sendo rigorosamente acompanhados e cadastrados conforme Política de Uso do Sistema no MMA e demais normativos internos que regulamentam o tema.

Declara-se, portanto, que o Ministério do Meio Ambiente está em consonância com os preceitos contidos nos arts. 4º e 5º da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

### 4.2- Gestão de riscos e controles internos

#### 4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

Após a elaboração do planejamento estratégico do MMA, com horizonte temporal 2014-2022, fez-se necessário estabelecer um modelo de gestão da estratégia, que permitisse não só o monitoramento

dos compromissos assumidos, mas que também integrasse agendas e temas sinérgicos. Dessa forma, desenhou-se um modelo baseado em fóruns temáticos de discussões e Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs trimestrais.

Os fóruns temáticos, atualmente distribuídos em cinco temáticas, acontecem a cada três meses e sempre antecedem em um mês à próxima RAE, de maneira a subsidiá-la. As reuniões dos fóruns temáticos são coordenadas pela Secretaria-Executiva e têm como público-alvo os secretários das agendas temáticas de cada fórum, diretores, gerentes e equipe técnica envolvida na implementação direta, além dos multiplicadores e representantes das áreas de licitação, orçamento, financeiro, tecnologia da informação e gestão de pessoas. Os multiplicadores formam um grupo de servidores efetivos do MMA, designados como pontos focais desde o processo de elaboração do plano estratégico do MMA para serem replicadores em suas secretarias, bem como atuarem diretamente junto à área de gestão estratégica institucional.

Os fóruns temáticos tratam de todos os objetivos estabelecidos no mapa estratégico do Ministério a partir de uma análise FCA (Fato – Causa – Ação). Nessa análise, busca-se que as áreas responsáveis pelas prioridades estratégicas apresentem de forma resumida e padronizada uma análise de sua performance no período, descrevam eventuais problemas que estejam ocorrendo (F), identifiquem as causas (C) e proponham ações corretivas (A), inclusive com a indicação de responsáveis e prazo para executá-las. Cabe, ainda, destacar que esses fóruns não acontecem por secretaria ou unidade do MMA, mas sim pelas agendas prioritárias e temáticas, o que tem promovido a integração e a comunicação entre diferentes departamentos e secretarias na busca por resultados efetivos e pela resolução de entraves, muitas vezes, comuns a diferentes atores envolvidos.

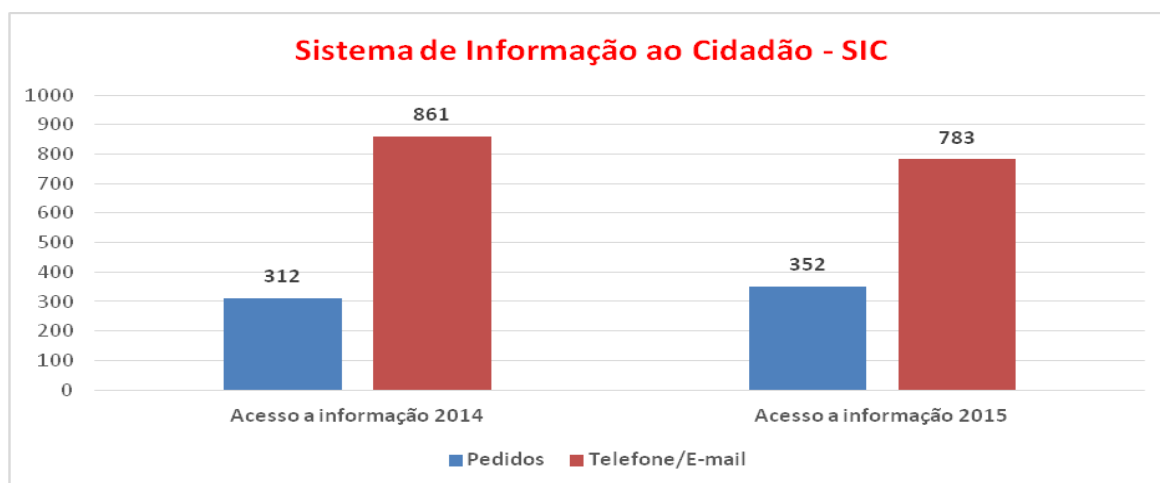
Já a Reunião de Análise da Estratégia – RAE, evento principal do processo de gestão estratégica, destina-se a reunir os dirigentes do MMA para avaliarem de forma global o estágio de implementação de objetivos e o alcance de metas, discutirem as ações corretivas propostas e, principalmente, para a tomada de decisão. Vale ressaltar que todos os subsídios para a RAE são provenientes dos fóruns temáticos, migrando para essa reunião apenas as análises FCA que necessitam uma atenção diferenciada no momento ou que esteja com algum nó crítico que demande a tomada de decisão superior.

O modelo de gestão, cujas reuniões têm ciclo de reuniões trimestral, objetiva a melhoria contínua do processo de gestão estratégica organizacional e a consolidação do plano estratégico institucional, prezando pelo alcance dos objetivos estratégicos estabelecidos e permitindo a discussão sobre novos desafios que venham a surgir. Além disso, o modelo tem buscado aprimorar os indicadores, de modo a se ter um efetivo acompanhamento da execução.

Para qualificar esse processo de controle e monitoramento acima descrito, está sendo desenvolvido, em parceria com o Serviço Florestal Brasileiro, sistema informatizado de gestão estratégica. Objetiva-se, com essa nova ferramenta que, em 2016, todos os fluxos de informação sobre o andamento do plano estratégico sejam alimentados dentro desse sistema. Assim, espera-se que os processos de prestação de contas, transparência e qualidade das informações dos resultados alcançados sejam otimizados.

## *5- Relacionamento com a sociedade*

### **5.1- Canais de acesso do cidadão**



Informações sobre o atendimento no Serviço de Informações ao Cidadão do Ministério do Meio Ambiente por meio do sistema e-SIC/CGU no ano de 2015			
Natureza da demanda	Quantidade de solicitações	Atendidas	Em tramitação fora do prazo
Pedidos de Acesso à Informação	325	325	0
Recursos ao Chefe Hierárquico	22	22	0
Recursos à Autoridade Máxima	4	4	0
Recursos à CGU	1	1	0
Reclamações	0	0	0
<b>Total:</b>	<b>352</b>	<b>352</b>	<b>0</b>

## 5.2- Carta de serviços ao cidadão

Não há informações a declarar.

## 5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

### Acesso às informações do MMA

Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	<a href="http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gestao-estrategica/planejamento-estrategico">http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gestao-estrategica/planejamento-estrategico</a>	A definir
Planejamento estratégico	<a href="http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gestao-estrategica/planejamento-estrategico">http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/gestao-estrategica/planejamento-estrategico</a>	Trimestral
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	Não publicado	A definir
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	Não publicado	A definir
Balanços financeiros e orçamentários	<a href="http://www.mma.gov.br/auditorias">http://www.mma.gov.br/auditorias</a>	Anual
Relatórios de gestão	<a href="http://www.mma.gov.br/auditorias">http://www.mma.gov.br/auditorias</a>	Anual
Relatórios de auditoria de gestão	<a href="http://www.mma.gov.br/auditorias">http://www.mma.gov.br/auditorias</a>	Anual
Estrutura organizacional	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm</a>	Não se Aplica

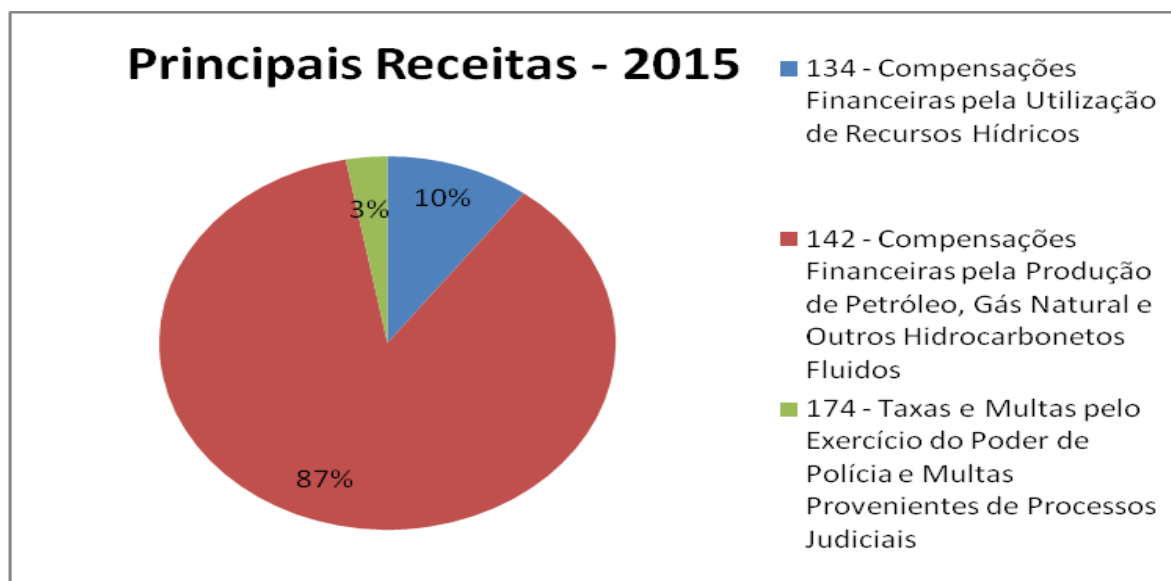
Organograma	<a href="http://www.mma.gov.br/institucional/organograma">http://www.mma.gov.br/institucional/organograma</a>	Não se Aplica
Regimento interno	Não há	Não se Aplica

#### 5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

Considerando que o MMA ainda não tenha realizado pesquisa de satisfação prevista pelo Decreto nº 6.932/2009, art. 12, foi desenvolvida, em 2015, na Biosfera (rede interna do órgão) uma aplicabilidade chamada “Enquete”, com o objetivo de realizar pesquisas junto aos membros da ferramenta ou para um grupo externo, por meio de perguntas com respostas pré-definidas ou abertas. Visto que a plataforma possui essa funcionalidade, conclui-se que é possível promover a realização de avaliações com “usuários internos” e/ou com “cidadãos-usuários externos”, agregando inovação e promovendo otimização e economicidade. Alguns ajustes técnicos foram identificados, na fase de testes, em 2015, e há previsão de disponibilizar a “Enquete” no primeiro semestre de 2016. A primeira pesquisa será para atender a iniciativa estratégica “aferir satisfação dos interlocutores e das partes interessadas que são alcançadas pela ação do MMA”, atendendo assim a três objetivos estratégicos: disponibilizar e facilitar o acesso às informações ambientais; apresentar claramente seu papel e posicionamento institucionais; e promover o cumprimento da Agenda Ambiental.

## 6- Desempenho financeiro e informações contábeis

### 6.1- Desempenho financeiro do exercício



Principais receitas (em milhares de reais)	2014	2015	2016
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	62.343	68.666	55.605
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	0	584.267	0
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	0	0	5.019
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.195	1.248	600

174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	28.660	19.728	31.624
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	0	0	70.000
280 - Recursos Próprios Financeiros	20.000	0	30.000
<b>Total</b>	<b>112.198</b>	<b>673.909</b>	<b>192.848</b>

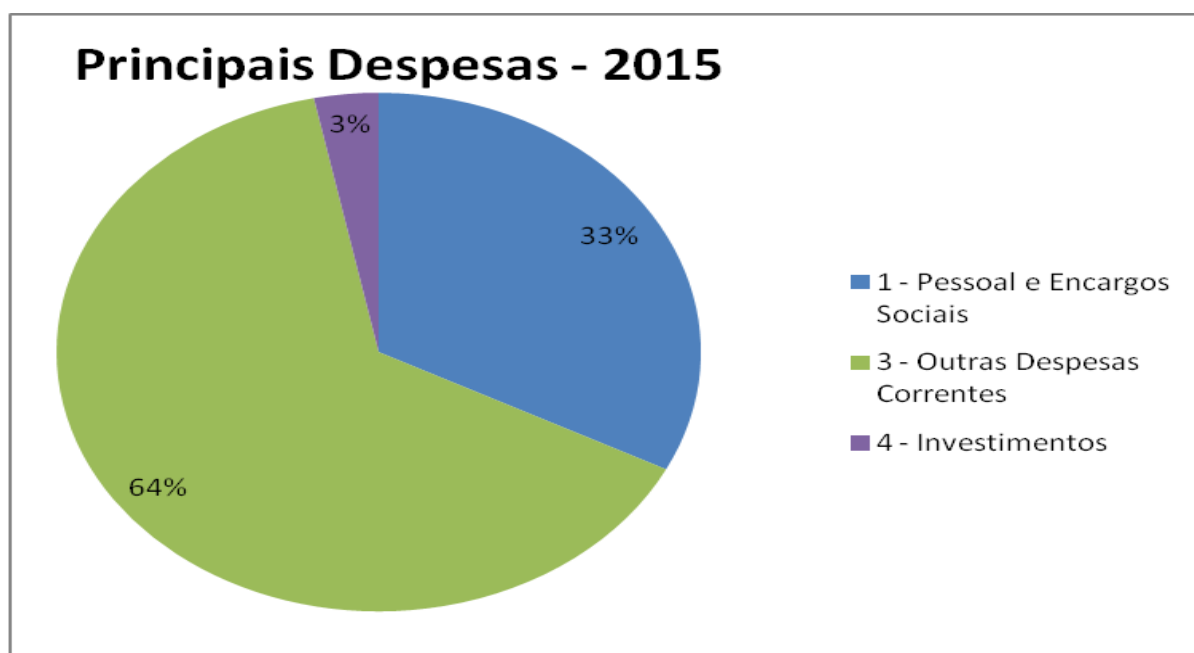
Base: SIOP Gerencial - BI

Extração dos dados em 15/02/16

Unidades Orçamentárias 44101, 44901 e 44902

Exercícios de 2014 e 2015: arrecadação SIAFI

Exercício de 2016: PLOA 2016



<b>Principais despesas</b> (em milhares de reais)	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
1 - Pessoal e Encargos Sociais	94.022	105.221	103.580
2 - Juros e Encargos da Dívida	15	22	0
3 - Outras Despesas Correntes	254.603	208.396	230.485
4 - Investimentos	73.090	10.475	43.962
6 - Amortização da Dívida	79	181	0
9 - Reserva de Contingência	0	0	82.665
<b>Total</b>	<b>421.809</b>	<b>324.295</b>	<b>460.692</b>

Base: SIOP Gerencial - BI

Extração dos dados em 15/02/16

Unidades Orçamentárias 44101, 44901 e 44902

Exercícios de 2014 e 2015: Empenho

Exercício de 2016: LOA 2016

Inclui fontes 48, 95 e 96

Exclui RP 6 e emendas de RP 2.

## 6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Informações prestadas pela Setorial de Contabilidade de Órgão e de Unidade Gestora sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

O MMA aplica os dispositivos contidos nas normas brasileiras de contabilidade contidos nas NBC T 16.9 e 16.10. Em busca por melhorias na informação contábil de modo a evidenciar efetiva situação patrimonial do órgão, a Setorial de Contabilidade emprega todos os meios no acompanhamento e no reconhecimento das variações de seus ativos e passivos e, dentre outras providências, a incidência do fenômeno da depreciação nos bens móveis e a providencial constituição de provisão para perdas de créditos administrativos.

O atual sistema de patrimônio atende as necessidades de controle do setor de patrimônio, no cumprimento da elaboração do relatório de movimentação de bens moveis/ RMB e das exigências normativas quanto à incidência metodológica da depreciação em toda carga patrimonial do órgão.

Com relação aos créditos administrativos, a exemplo dos valores apurados por meio de processo de instauração de Tomada de Contas Especial/ TCE, geralmente em convênios, são escriturados pela Setorial de Contabilidade em uma conta patrimonial comumente denominada de Diversos Responsáveis. Os registros dos responsáveis e os respectivos valores consolidados ficam evidenciados no balanço patrimonial da Unidade Gestora, em uma conta do ativo e somente são retirados e/ ou ajustados com a indicação do Tribunal de Contas da União/ TCU, ou seja, pela extinção do processo, aprovação ou rejeição das contas e pelo ressarcimento do dano.

Os valores lançados como créditos administrativos, com efeito, carregam incertezas em relação à realização, impactando e influenciando qualquer análise que se pretenda sobre os demonstrativos contábeis. Desse modo, fez-se necessário estabelecer um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado. Portanto, o MMA tomou a iniciativa de constituir provisões a partir do ano de 2011. Para tanto, as contas correntes, pendentes após cinco anos de sua inscrição, foram provisionadas, baseado no histórico de recuperação. O controle do registro da provisão é realizado em planilha do Excel, onde consta a Nota de Lançamento no SIAFI, valores históricos e atualizações, de modo que, em caso de consulta ou alteração possa ser facilmente revista.

Os estoques do MMA são constituídos na forma de materiais ou suprimentos utilizados no curso normal das atividades da administração. O controle do estoque é realizado pela Coordenação de Gestão de Serviços Gerais – CGGA, que mensalmente encaminha o Relatório Mensal do Almoxarifado/ RMA com a movimentação dos saldos à Setorial de Contabilidade. Acompanhados, ainda, dos registros das respectivas notas de lançamentos no SIAFI para sua validação. E, anualmente, no mês de dezembro é realizado o inventário dos bens.

Nos últimos anos houve aumento na aquisição de intangíveis, ou seja, aqueles constituídos basicamente por softwares, alcançando parcela significativa do ativo permanente. Nesse sentido, a partir do ano 2015, o MMA definiu e colocou em prática, uma metodologia para realizar amortização e mensuração desses ativos. As disponibilidades, registradas no ativo financeiro, estão mensuradas pelo valor original e não existem aplicações financeiras. Inexistem saldos em contas transitórias do Ativo Permanente (Estudos e projetos, obras em andamento e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros), exceto em Instalações.

Para o controle da dívida, é seguida a orientação da Coordenação Geral de Controle da Dívida Pública - CODIV/STN dispostas na macrofunção 020310 do manual do SIAFI. O registro da variação cambial e a conciliação de saldos no SIAFI eram efetuados, de preferência, no primeiro dia útil de cada mês. Até o início do exercício de 2013 era realizado no subsistema dívida das transações CONGERDEX, CONOPEDEX. E até 2015 a CODIV encaminhava planilha com valores atuais que embasam a conciliação das contas. Estes valores foram conciliados até setembro de 2015, conforme planilha

encaminhada pela CODIV/STN, transferido em outubro para UG 170600 - CODIV/STN, solicitados pelo Ofício n. 306/CODIV/SUDIP/STN/MF.

### 6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O órgão não possui uma setorial de custos devidamente formalizada e estruturada de acordo com as Portarias 157/2011 e 716 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, de forma que não produz relatórios gerenciais de acompanhamento do órgão central e de suas subunidades administrativas. Todavia, existe um núcleo de estudos constituído por servidores que possuem conhecimento metodológico, analítico e operacional do Sistema de Custos/ SIC. Esse núcleo está subordinado a Setorial de Contabilidade/ Coordenação Geral de Finanças e Contabilidade, vinculada à SPOA.

A instituição utiliza o Sistema de Custos para o estudo da temática e no atendimento de demandas específicas, a exemplo da Prestação de Contas da Presidência da República/ PCPR. Alguns trabalhos foram realizados, a título de estudo de caso, aplicando-se a metodologia, os aspectos conceituais, na identificação de objetos de custos e centros de custos, preceitos legais e operacionais.

O órgão considera a possibilidade da utilização das informações de custos no processo de tomada de decisão, permitindo que o tema seja discutido no âmbito da organização. Para tanto, está em discussão uma política institucional para a implantação plena, com o envolvimento dos gestores e autoridades. Além da constituição formal da setorial de custos, de modo a promover a legitimidade de sua atuação e atribuição de competências. Posteriormente, a indicação do que se pretende obter, a exemplo das subunidades administrativas das quais os custos deverão ser apurados.

### 6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

<http://www.mma.gov.br/auditorias>

### 6.5- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

Não se aplica.

### 6.6- Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

Não se aplica.

## 7- Áreas especiais da gestão

### 7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	

5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	X	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço:</i> <a href="http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p">http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p</a>	X	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço:</i> <a href="http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p">http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p</a>	X	

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

**Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU**

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<a href="#">Acórdão 557/2015-09 TCU - Plenário</a>	9.1	Recomenda ao MMA que reveja os indicadores de desempenho de seus programas temáticos e suas metas correspondentes, de forma que tais indicadores e metas traduzam todos os objetivos do respectivo programa, permitindo o adequado acompanhamento da evolução do tema. OBS: voto: análise de quatro programas temáticos da Função Gestão Ambiental do PPA 2012-2015 (Mudanças Climáticas; Biodiversidade; Conservação e Gestão de Rec. Hídricos; e Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios) mostrou limitação nos indicadores de desempenho para os programas, como defasagem temporal em relação ao atual ciclo de planejamento e a correlação parcial ou inexistente com os objetivos do programa.	O MMA tem envidado esforços para aprimorar o monitoramento e a transparência de suas ações, no que tange ao PPA 2012-2015, bem como na elaboração do novo POA 2016-2019, e à melhoria de processos institucionais. Este Ministério vem atuando junto aos órgãos centrais dos sistemas estruturantes do Poder Executivo para reverter o cenário apontado tanto no ICMBio quanto nos demais órgãos que compõem a estrutura do MMA. Foi encaminhado para o DAP para manifestação, caso necessário, sobre o SNUC. Considerou-se que não havia necessidade de resposta e documento foi arquivado.
<a href="#">Acórdão nº 3316/2015</a>	1	Determinações referentes à Auditoria de Natureza Operacional realizada com o objetivo de avaliar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	Em fase de elaboração de resposta às determinações do Acórdão que deverá ser encaminhado ao TCU, no prazo determinado, pela Secex/MMA.

<a href="#">Acórdão nº 4301/2015 – TCU – 1ª Câmara</a>		<p>Apreciação do processo de Prestação de Contas, TC 043.889/2012-3, que trata de Contas Ordinárias do exercício de 2011 da UJ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade – SMCQ e agregando as informações sobre a gestão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMCM.</p> <p>Deliberação – Dar ciência aos responsáveis arrolados da quitação das contas.</p>	<p>Encaminhado correspondências aos responsáveis arrolados.</p>
<a href="#">Acórdão nº 6391/2015 – 2ª Câmara</a>	1	<p>Supostas inconformidades no Contrato Nº07/2014 celebrado entre a Emater/PI e a empresa Gaia, no âmbito do convênio firmado com a Emater/PI para execução do Programa Água Doce. A deliberação fixa o prazo de 90 dias para que o MMA informe o TCU sobre as providências adotadas.</p>	<p>Notificação à Conveniente por meio do Ofício 255/2015GAB/SRHU/MMA e atendimento à determinação exarada no Acórdão do TCU, por meio do Ofício 35/2015/DRB/SRHU/MMA, informou ao Órgão de Controle as providências adotadas pelo MMA.</p>
<a href="#">Acórdão 6703/2015-37 TCU - Plenário</a>	63	<p>Trata de fiscalização para verificar a regularidade na aplicação de recursos federais transferidos voluntariamente para municípios catarinenses durante o exercício de 2013, por meio de convênios e instrumentos equivalentes.</p>	<p>Não houve, em 2013, nenhum instrumento de repasse firmado entre a SBF e municípios do Estado de Santa Catarina, logo, o Acórdão foi arquivado por não se aplicar à realidade desta Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF).</p>
<a href="#">Acórdão 1206/2015-18 TCU - Plenário</a>	9.1.1 e 9.2.1	<p>Determina-se a elaboração de plano de ação, contendo medidas a serem adotadas, os responsáveis e prazos previstos para implementação das evoluções necessárias no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Além disso, recomenda-se: o fomento de ações que promovam melhorias na infraestrutura disponibilizada nas UCs, em especial, parques, com vistas a ampliar o aproveitamento do potencial uso público, a fim de atender ao previsto no art. 4º, XII, da Lei 9.985/2000; e, que o MMA promova ações de articulação institucional para aprimorar a infraestrutura de apoio à pesquisa nas UCs, para incrementar o número de pesquisas realizadas e estimular a ampliação do conhecimento sobre a biodiversidade contida nessas áreas, de forma a cumprir o art. 4º, X, da Lei 9.985/2000.</p>	<p>O MMA elaborou o Plano de ação do CNUC dividido em 3 módulos. A etapa de levantamento de requisitos técnicos para o módulo I já foi finalizada e o Departamento de Áreas Protegidas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (DAP/SBF) em conjunto com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) recebeu e homologou metade das funcionalidades. Nesse momento, aguardamos que a empresa faça a entrega final das 8 funcionalidades restantes para nova rodada de testes e homologação. A empresa e a CGTI estão preparando a migração dos dados da plataforma atual para a nova, prevista para ser finalizado no ano de 2016, e iniciado o desenvolvimento dos módulos II e III. Para estes módulos, está prevista a integração com outros sistemas de informação de interesse a fim de melhorar a qualidade da informação disponível. Sobre as melhorias na infraestrutura e articulação institucional, as principais linhas de ação do MMA, vêm se realizando por meio de diversos projetos que auxiliam na gestão e estruturação das UCs (Programa Áreas Protegidas da Amazônia, GEF Terrestre, GEF Marinho, LifeWeb e USAID).</p>
<a href="#">Acórdão 1323/2015-07 TCU - Plenário</a>	14	<p>Trata de possíveis irregularidades ocorridas na execução de convênio (nº 2007CV0003 - SIAFI 620793) firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Polícia Militar do Estado do Amazonas, para implantação do projeto</p>	<p>O MMA enviou as informações solicitadas sobre o referido convênio e, segundo conclusão do próprio Acórdão, considerando as informações enviadas pelo MMA, os Ministros do Tribunal de Contas da União</p>

		'Corredores Ecológicos'.	acordaram, por unanimidade, com fundamentos no Regimento Interno do TCU, considerar a Representação improcedente.
<a href="#">Acórdão nº 9929/2015 – TCU – 2ª Câmara</a>		Apreciação do processo de Prestação de Contas, TC 018.890/2014-8, que trata de Contas Ordinárias do exercício de 2013 da UJ – Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade – SMCQ e agregando as informações sobre a gestão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC – Deliberação – Dar ciência aos responsáveis arrolados da quitação das contas.	Serão encaminhadas correspondências aos responsáveis arrolados.
<a href="#">Acórdão 570/2014-07 TCU - Plenário</a>	9.4 e 9.5	Determinou-se ao Ministério da Pesca e Aquicultura e ao Ministério do Meio Ambiente, no sentido de que apresentem, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, uma proposta conjunta de plano de ação, contendo cronograma de medidas necessárias à elaboração e implementação do plano de gestão do uso sustentável da tainha, definindo prazos e responsáveis por tais medidas. Além disso, recomendou-se ao Ministério da Pesca e Aquicultura e ao Ministério do Meio Ambiente, para que se articulem, em conjunto com o Ibama, com vistas a garantir a efetiva gestão compartilhada e a fiscalização do uso sustentável dos recursos pesqueiros.	O Plano de ação referente ao uso sustentável da tainha foi encaminhado ao TCU por meio Ofício nº 676/2014/SBF/GM-MMA, de 14 de julho de 2014. Quanto à gestão compartilhada dos recursos pesqueiros, o MMA tem articulado junto com o Ibama, ICMBio e MPA nas avaliações e recomendações das medidas de ordenamento do uso sustentável de recursos pesqueiros, seja pela Comissão Técnica de Gestão do Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros (CTGP), seja por meio dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGs), pertencentes ao Sistema de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros, nos quais essas instituições são integrantes. Atualmente estão instituídos e implementados o CPG atuns e o CPG lagostas, sendo que outros 7 CPGs foram instituídos em 2015, restando pendente a sua implementação.
<a href="#">Acórdão 3101/2013-46 TCU - Plenário</a>	9.1 e 9.2	Recomendou-se no sentido de fomentar o efetivo exercício da coordenação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), de modo a incrementar as ações de articulação entre os atores envolvidos na gestão das UCs para melhor aproveitamento ambiental, social e econômico. Além disso, determinou-se: a avaliação da elaboração de estratégia nacional de monitoramento da biodiversidade, por meio dos resultados nas UCs; a implementação de campanhas nacionais de comunicação para informar pontos turísticos em UC, fornecendo mecanismos para maior divulgação e troca de informações entre atores da SNUC para controle da sociedade.	Houve manutenção e aprimoramento do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). O MMA atuou no sentido de coordenar política, técnica, financeira e administrativamente o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), Projeto Corredores Ecológicos (PCE) e Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar). Além disso, houve negociação e estruturação de novos projetos: LifeWeb, GEF Terrestre, Paisagens Sustentáveis - GEF-6; Retomada da agenda de Mosaico e Reserva da Biosfera, com proposta de realização de workshop em maio de 2016. Ademais, foi desenvolvido Projeto de Monitoramento da Biodiversidade com relevância para o clima em nível de UC, considerando medidas de adaptação e mitigação, sendo implementado nas UCs do ARPA, além de outras UCs do ICMBio.
<a href="#">Relatório nº 04904/2015</a>	1.1.1.2	<b>Constatação</b> – Intempestividade na análise das prestações de contas das transferências. <b>Recomendação 1:</b> Proceder à análise das prestações de contas do convênio nº	Em complementação as análise técnicas das prestações de contas do convênio nº 760482/2011 e do Termo de Cooperação nº 001/2011.

		760482/2011 e do Termo de Cooperação nº 001/2011;	
		<b>Recomendação 2:</b> Realizar estudo que identifique a composição quantitativa e qualitativa de servidores necessária para que o FNMC cumpra com a sua missão institucional satisfatoriamente.	Estudo em andamento.
1.1.1.3		<b>Constatação</b> – Ausência de registro no Sistema de Convênios – Siconv dos relatórios de acompanhamento e fiscalização. <b>Recomendação 1:</b> Atualizar no Siconv relativamente à inclusão dos relatórios de acompanhamento e fiscalização de todos os convênios do FNMC. <b>Recomendação 2:</b> Capacitar os fiscais dos convênios para utilizar o Siconv, especialmente quanto à inserção dos relatórios de acompanhamento e fiscalização.	Siconv foi atualizado com inclusão dos relatórios.  Programado capacitação de fiscais a ser realizada no exercício de 2016.
		<b>Constatação:</b> Descumprimento de cláusula dos convênios e termos de cooperação relativa à apresentação dos relatórios de execução. <b>Recomendação 1:</b> Avaliar a conveniência da periodicidade de encaminhamento dos relatórios de execução estabelecida nos convênios e termos de cooperação/termos de execução descentralizada e promover nos casos em que se julgar necessário, por meio de termo aditivo. <b>Recomendação 2:</b> Para todos os instrumentos que se encontrem inadimplidos quanto ao encaminhamento dos relatórios de execução, efetuar a cobrança, alertando, nos casos dos convênios, para a possibilidade de rescindir o instrumento, tendo em vista o disposto no art. 81 da Portaria Interministerial nº 507/MP/MF/CGU, de 24 de novembro de 2011. <b>Recomendação 3:</b> Avaliar junto à Consultoria Jurídica do MMA a viabilidade de incluir nos termos de cooperação/termos de execução descentralizada cláusula que vincule o não cumprimento do encaminhamento de execução à rescisão dos instrumentos.	Recomendação em avaliação.  Foram efetuadas cobranças.  Será encaminhada Consulta à Consultoria Jurídica – CONJUR.
1.1.1.5		<b>Constatação:</b> Disponibilização para consulta pública de informações incompletas e não estruturadas relativas aos instrumentos de transferência de recursos firmados pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. <b>Recomendação 1:</b> Promover a divulgação de suas transferências de recursos em sua página na Internet, em um formato de fácil visualização e compreensão, apresentando as principais informações sobre os projetos, sempre atualizadas. Nos casos dos termos de cooperação, termos de execução descentralizada e descentralizações de crédito, utilizar como referência de informações a	Informações já divulgadas, em elaboração novo modelo de apresentação.

		serem divulgadas, aquelas exigidas pelo Siconv, no que couber.	
<a href="#">Relatório nº 13169/2014</a>		Relatório Final de Auditoria –BRA/12/019- Projeto “Gestão das emissões de gases estufa da Copa das Confederações e da Copa do Mundo”. (Nenhuma constatação).	
<a href="#">Relatório nº 13173/2014</a>	1.1.2.2	Relatório Final de Auditoria – BRA/09/G31 – Projeto “Transformação de Mercado para Eficiência Energética no Brasil”. <b>Constatação:</b> Ausência de formalização dos processos. <b>Recomendação 1:</b> Formalizar processos para a contratação de pessoas físicas (consultoria técnica de pessoa física) pelos projetos de cooperação internacional.	Encaminhado e-mail a UNDP, em 14/4/2015 informando que a partir desta data esta Secretaria providenciara a formalização de todos os processos de contratação de consultoria técnica para pessoa física, vinculados aos projetos de cooperação técnica internacional, modalidade NEX, cuja Direção Nacional cabe ao Secretário de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental.

## 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

### Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
<a href="#">Relatório CGU 02815/2015</a>	1.1.1.2	Publicação de ato normativo disciplinando a forma com que as receitas provenientes da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA devam ser repartidas entre os dois órgãos ambientais, em atenção ao que dispõe a Lei nº 11.516/2007, art. 3º, parágrafo único.	Envio da minuta de portaria de prorrogação da vigência do Grupo de Trabalho denominado GTTCFA à Consultoria Jurídica do MMA para análise e posterior encaminhamento à autoridade competente para assinatura. Esse GT foi instituído com o objetivo de estabelecer critérios técnicos que permitam a edição de ato normativo que discipline os critérios e percentuais de repartição da receita proveniente da TCFA entre o IBAMA e o Instituto Chico Mendes, bem como diretrizes claras e objetivas para a definição das ações que estão sendo abrangidas pelas atividades de fiscalização e controle.
	1.1.1.4	Recomendação 1: Realização de gestão junto aos órgãos competentes a fim de regulamentar, de forma mais precisa, o §2º do art. 17-G da Lei nº 6.938/1981, com o intuito de pacificar o entendimento sobre quais programas e ações de governo os recursos provenientes da TCFA podem ser alocados, principalmente para fins de programação orçamentária e financeira dos órgãos envolvidos. Recomendação 2: Manutenção de rotina de monitorar a adequada aplicação dos recursos provenientes da TCFA por parte do Ibama e ICMBio, a fim de garantir que estejam de acordo com o que estabelece a Lei nº 6.938/1981, Art. 17-G, §2º.	Envio da minuta de portaria de prorrogação da vigência do Grupo de Trabalho denominado GTTCFA à Consultoria Jurídica do MMA para análise e posterior encaminhamento à autoridade competente para assinatura.  Foi elaborada, pela área orçamentária, a Planilha de Acompanhamento da Execução dos Recursos provenientes da TCFA, que utiliza a base de dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP). Essa planilha contém valores referentes à

			arrecadação da receita correspondentes à fonte 174 – “Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais” e a execução das despesas dessa fonte tanto pelo Ibama quanto pelo ICMBio.
	1.1.1.5	<p>Recomendação 1: Adoção de medidas pelo MMA, Ibama e ICMBio para que, junto aos seus setores responsável pela área orçamentária e financeira, o percentual definido de divisão dos recursos da TCFA seja efetivamente cumprido durante a execução financeira.</p> <p>Recomendação 2: Adoção de medidas pelo MMA, Ibama e ICMBio para que, junto aos seus setores responsável pela área orçamentária e financeira, avaliem a adequação da atual execução financeira do Ibama e ICMBio na fonte 174 e adotem as medidas necessárias decorrentes dessa avaliação, tendo em vista que o ICMBio vem executando suas despesas relativas à fonte 174 exclusivamente no detalhamento do Ibama.</p>	<p>A partição dos recursos arrecadados com a TCFA ocorre na proporção de 70% (setenta por cento) para o Ibama e 30% (trinta por cento) para o ICMBio. Essa partição está amparada pelo Ofício Conjunto nº 001/ICMBio/Ibama, de 19/08/2008.</p> <p>Com o objetivo de garantir que o percentual definido na divisão dos recursos da TCFA seja efetivamente cumprido durante a execução financeira, a Setorial Orçamentária criou uma planilha de acompanhamento da execução dos recursos provenientes da TCFA, que é alimentada pela base de dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) e atualizada mensalmente.</p> <p>Envio do Ofício nº 144/SPOA/SECEX/MMA, de 24 de novembro de 2015, ao Instituto Chico Mendes, onde se solicitou a revisão na execução da despesa no detalhamento do Ibama, bem como a utilização do detalhamento com sua identificação, qual seja, fonte 0174443032.</p>
<a href="#">Relatório CGU 03378/2015</a>	1	Promover uma reestruturação da força de trabalho da SRHU de maneira a fortalecer o DRB e o DOF com o objetivo de se buscar o tempestivo e efeito acompanhamento, fiscalização e análise dos convênios relacionados ao Programa Água Doce.	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 199/2015/GAB/SRHU/MMA.
	2	Apresentar plano de ação com o objetivo de implementar mecanismos de controle que possibilite o acompanhamento e monitoramento e a efetiva disponibilização das informações referentes à execução dos convênios firmados no âmbito do Programa Água Doce.	Elaboração de Plano de Ação com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e monitoramento da execução dos convênios do Programa Água Doce, encaminhado à CGU por meio do Ofício nº 199/2015/GAB/SRHU/MMA.
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134871	Recomenda-se à Unidade de Execução do Projeto providenciar, junto ao PNUD, as devidas correções no Relatório de Disponibilidade Financeira, relativamente ao valor dos ingressos de 2011, ao saldo de fechamento de 2011 e aos saldos de abertura e fechamento dos exercícios seguintes.	A Unidade de Execução de Projetos solicitou por e-mail ao PNUD, em 25 de novembro de 2015, as devidas correções no Relatório de Disponibilidade Financeira. Segue a resposta encaminhada por e-mail pela Unidade de Finanças do PNUD em 21/12/2015 (troca de mensagens anexada): “Após o devido levantamento, o PNUD identificou que em 2011 foram realizadas duas transferências de recursos: uma no valor de USD 149,102.70

			para o projeto BRA/08/023, contabilizada em favor do BRA/11/001, e outra no valor de USD 55,135.14, contabilizada em favor do projeto BRA/08/023. Em 2014, o erro foi detectado e corrigido de imediato (através do GLJE0005572230). Além disso, o PNUD reitera que foi criado um marco de controle interno para que este tipo de erro não ocorra mais.”
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134872	Recomenda-se que a Unidade de Execução do Projeto avalie (junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, se for o caso) a possibilidade de adotar o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP) para gerir as concessões de diárias e passagens efetuadas no âmbito do Projeto BRA/11/001.	A Unidade de Execução do Projeto usa o Sistema de Diárias e Passagens (SDP) do Ministério do Meio Ambiente cuja utilização é obrigatória no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional de acordo com a Portaria MMA nº 162, de 12/05/2011. Em novembro de 2015, foi criada pela Coordenação Geral de Tecnologia de Informação e Informática (CGTI) do MMA uma equipe para executar a manutenção do SDP, a qual já providenciou as correções e atualizações necessárias no curto prazo.
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134873	Recomenda-se à Unidade de Execução do Projeto que passe a registrar corretamente, no Relatório de Progresso Anual, as metas quantitativas programadas, considerando o período que está sendo avaliado, e as aferições respectivas; e que busque, sempre que necessário, orientações junto à ABC de modo a garantir o correto registro.	De fato, no início do projeto foram verificados erros em alguns registros no Relatório de Progresso Anual, especialmente, no campo intitulado “meta quantitativa programada”. A partir de 2014 a Unidade de Execução do Projeto passou a registrar no SIGAP as metas quantitativas programadas para cada semestre, de acordo com as metas da Matriz de Resultados e Recursos do Projeto, observando as orientações recebidas.
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134874	Estabelecer, no cronograma de pagamentos relativos aos contratos de consultoria, valoração proporcionalmente maior para o produto final, de forma a desestimular financeiramente eventuais atrasos ou pedidos de rescisão contratual por parte dos consultores antes da conclusão total do objeto do contrato.	Informamos que os percentuais definidos para pagamento de cada produto no âmbito dos contratos de consultoria devem refletir os esforços, tempo e complexidade necessários à sua realização, sem perder de vista a adequada distribuição dos valores ao longo do tempo para garantir a continuidade e conclusão do contrato. Essa recomendação será observada nos novos contratos de consultoria, dentro do possível.
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134875	Recomenda-se à Unidade de Execução do Projeto que defina rotinas de acompanhamento financeiro a fim de evitar distorções nas informações do Relatório Detalhado de Ingressos e do Relatório de Disponibilidade Financeira.	A Unidade de Execução do Projeto mantém controles internos estruturados de acompanhamento financeiro os quais são realizados independente do PNUD. Em nossas Planilhas de controle financeiro detalhamos os ingressos de cada exercício, desde o início do projeto, além dos gastos em cada ano do Projeto, separados por departamento de acordo com a atividade, e também o saldo financeiro. Visto que os ingressos são poucos, conferimos mensalmente os gastos realizados. Além disso, como as ações do projeto estão ligadas às agendas estratégicas da SBF, retratadas no planejamento estratégico do MMA, a partir de 2015 têm sido realizadas reuniões sistemáticas dos dirigentes da SBF que trataram também do

			acompanhamento do projeto.
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134876	Recomenda-se à Unidade de Execução do Projeto que promova ajustes em todas as metas que não estão quantificadas, de modo a explicitar os quantitativos que se pretende atingir e tornar as metas bem definidas e delimitadas; e que esses ajustes sejam registrados em um documento à parte, para fins de acompanhamento por parte da UEP, ABC, PNUD e órgãos de controle e, quando da realização de uma nova revisão do Projeto, sejam incorporados ao Documento de Projeto.	A maior parte das metas do projeto está quantificada (mais de 60%). Várias das metas não quantificadas são relacionadas a ações de suporte à implementação dos Compromissos das Convenções Internacionais que tratam da Biodiversidade mediante a produção de subsídios e instrumentos por meio de estudos, capacitações, inventários, sistematizações, desenvolvimento de ferramentas, entre outros, que muitas vezes só podem ser quantificadas com precisão ao longo do andamento do projeto. A última revisão substantiva do projeto ocorreu em maio de 2014 objetivando principalmente estender a vigência para 31/12/2016 e ajustar a Matriz Lógica. A atual Direção da SBF entende que, como regra, as metas de um projeto devem ser claras e quantificadas. No caso do projeto em questão algumas metas poderiam ser melhor escritas e outras poderiam ser quantificadas. No entanto, os esforços no ano de 2015 foram direcionados prioritariamente para a elaboração ou revisão dos projetos internacionais de maior porte, envergadura e impacto potencial. A equipe gestora do projeto tem buscado oferecer relatórios de cumprimento de metas de forma objetiva, ainda que seu enunciado não seja claro e explícito.
<a href="#">Relatório CGU 9860/2014</a>	134877	Recomenda-se que Unidade de Execução do Projeto passe a custear somente diárias e passagens que contribuam diretamente para o alcance das metas conforme definido na Matriz de Resultados e Recursos do Projeto.	O projeto custeia apenas viagens que guardem relação com o escopo e as metas estabelecidas. O Projeto BRA/11/001 tem por objetivo cooperar, por meio de suporte técnico ao Ministério do Meio Ambiente, para a implementação dos dispositivos da Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB, da Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional (Convenção de Ramsar) e do Programa Antártico Brasileiro – PROANTAR, bem como promover sinergia entre a CDB, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca - UNCCD - e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. Embora com o nome de projeto, tem características de programa, considerando a amplitude do seu escopo e dos resultados desejados. Além disso, a implementação dos dispositivos das convenções depende de interpretação, envolvimento de outros atores além do MMA e de proposição de meios de execução. São processos vivos e dinâmicos que implicam em uma série de atividades de participação em reuniões e fóruns, discussão, revisão, acompanhamento, coletas de subsídios,

			avaliação e realização de estudos. Faz parte do projeto o apoio a estas iniciativas. Cabe destacar que a SBF tem a competência de coordenar e executar as políticas públicas decorrentes dos acordos e convenções internacionais ratificadas pelo Brasil em sua área de competência, conforme estabelecido no artigo 18 do Decreto nº 6.101/2007. As instâncias de gestão do projeto avaliam criteriosamente os gastos do projeto e seu alinhamento com as metas conforme definido na Matriz de Resultados e Recursos do Projeto.
<a href="#">Relatório CGU 13140/2014</a>	149681	Que o Departamento de Conservação da Biodiversidade faça gestão junto às instituições envolvidas para que o quantitativo de obras digitalizadas e publicadas seja proporcional ao volume de recursos aplicados, e, nesse sentido, encaminhe à CGU relatórios trimestrais contendo a relação de obras digitalizadas e incluídas na internet para livre acesso e pesquisa.	O Ministério do Meio Ambiente, atendendo às recomendações da Controladoria-Geral da União, expostas no Relatório de Auditoria nº 201413140, vem acompanhando a execução das atividades de escaneio e disponibilização na internet de obras raras essenciais em biodiversidade, pelo Scientific Electronic Library Online - SciELO. Em 03 de dezembro de 2015 o 1º Relatório Trimestral foi enviado à CGU. Este documento contém um Relatório de Operação dividido da seguinte maneira: no item I foram discriminadas as obras digitalizadas e disponibilizadas online no período entre agosto e novembro de 2015, totalizando 95 obras. O item II apresenta listagem de obras já digitalizadas, mas que ainda não foram disponibilizadas online, totalizando 621 obras. Já o item III apresenta todas as obras já digitalizadas e disponibilizadas online do início do projeto até a data desse relatório, totalizando 153 obras. A equipe do MMA tem mantido constante diálogo com a equipe do SciELO e ambas estão empenhadas para a finalização das pendências. O 2º Relatório Trimestral será enviado em fevereiro de 2016.
<a href="#">Relatório CGU 13140/2014</a>	149682	Que o Departamento de Conservação da Biodiversidade promova ações que lhe assegurem a efetiva entrega dos bens aos entes beneficiários e sua utilização em atividades compatíveis com os objetivos do Projeto.	O SciELO informou ao Departamento de Conservação da Biodiversidade a localização de todos os equipamentos adquiridos, no âmbito do projeto, com os seus respectivos números de patrimônio. Esses equipamentos foram entregues aos entes beneficiários para que os utilizassem em atividades compatíveis com os objetivos do Projeto. O acompanhamento ao SciELO tem sido constante e o que tem sido constatado é um aumento no volume de obras tanto digitalizadas, quanto disponibilizadas na web. O acompanhamento da evolução desse trabalho por ser feito através do site <a href="http://www.biodiversitylibrary.org/browse/c_outributor/SCIELO#/titles">http://www.biodiversitylibrary.org/browse/c_outributor/SCIELO#/titles</a> .

### **8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993**

Cumpra informar que o Ministério do Meio Ambiente não possui um regulamento próprio que estabeleça um cronograma de pagamentos de obrigações, conforme disposto no artigo 5º da Lei 8666/93. Contudo, o MMA, de forma intersetorial, por meio da Coordenação-Geral de Gestão Administrativa (CGGA) e da Coordenação-Geral de Gestão Financeira (CGFC), trabalha minuciosamente no controle das obrigações assumidas e despesas de custeio, no intuito, sempre, de atender o disposto no art. 5º, da Lei 8.666/93.

O controle já se inicia no momento da programação orçamentária, quando da definição do cronograma de desembolso, instrumento pelo qual o MMA programa o pagamento das despesas autorizadas na lei orçamentária.

O cronograma de desembolso e o quadro de detalhamento da despesa, que detalha os projetos e atividades constantes do orçamento de um determinado exercício, especificando os elementos de despesa e respectivos desdobramentos, orientam a execução financeira no que tange às despesas de manutenção (custeio e contratos continuados) e a novos compromissos assumidos.

Dessa forma, a gestão orçamentária e financeira, alinhada ao planejamento das aquisições e contratações, em cumprimento ao inciso IV, art. 37 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, forçosamente, quando da execução dos contratos, gera um cronograma lógico em que o pagamento somente ocorre após a efetiva prestação, pelo particular, do serviço contratado pela administração pública, seguindo estritamente a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Para cada fonte diferenciada de recurso, levando-se em consideração a cronologia e a exigibilidade das despesas, os pagamentos são realizados, em conformidade com a lei, de forma a se evitar qualquer tipo de antecipação de recursos financeiros nos contratos ou pagamentos equivocados e, ainda, eventuais descumprimentos das obrigações financeiros assumidas perante terceiros.

Os pagamentos das despesas de qualquer vulto seguem estritamente o prazo estipulado no § 3º, do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

Nesse sentido, o MMA entende que sua gestão está em conformidade com as demandas dos Órgãos de Controle e atende, na íntegra, a obrigação contida na norma geral de licitações e contratos no que tange ao controle das despesas e suas exigibilidades.

---

## *9- Anexos e apêndices*

### **9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares**

Não houve necessidade de inserção de quadros, tabelas ou figuras complementares neste capítulo.